



CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB
Nº 12417

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES Nº 1-03/24

Demonstrações Financeiras em 31/DEZ/23



CONSULT AUDITORES

Curitiba, 06 de março de 2024

Aos
Diretores e aos Administradores da
CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB
Rio de Janeiro - RJ

CONFIDENCIAL

Prezados Senhores,

Em cumprimento às obrigações estabelecidas em nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, apresentamos o relatório dos auditores independentes, relativamente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31/DEZ/23.

Paulo Sergio da Silva
SÓCIO DE AUDITORIA



CONSULT AUDITORES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e aos Administradores da
Casa da Moeda do Brasil -CMB
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Casa da Moeda do Brasil - CMB ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa da Moeda do Brasil - CMB em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Provisões para passivos contingentes

Conforme se observa na nota 19, embora a auditoria considere que os critérios e premissas adotados pela Administração fornecem uma base razoável para a determinação da provisão para passivos contingentes (R\$ 273.629 mil) no contexto das demonstrações, é oportuno ressaltar que a Empresa é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente os referidos processos são encerrados



CONSULT AUDITORES

após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a jurisprudência e legislação vigente. A Empresa registra provisão para essas causas quando é provável a ocorrência de saída de caixa para quitação de obrigação presente, e quando a mesma pode ser razoavelmente estimada. A Empresa divulga uma contingência quando a probabilidade de perda da causa é considerada possível, ou quando é considerada provável, mas não é possível estimar razoavelmente o valor de saída de caixa. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram os pareceres dos assessores jurídicos e o julgamento da Administração.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Empresa, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



CONSULT AUDITORES

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias,



CONSULT AUDITORES

mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 06 de março de 2024.

Paulo Sergio da Silva
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-RJ

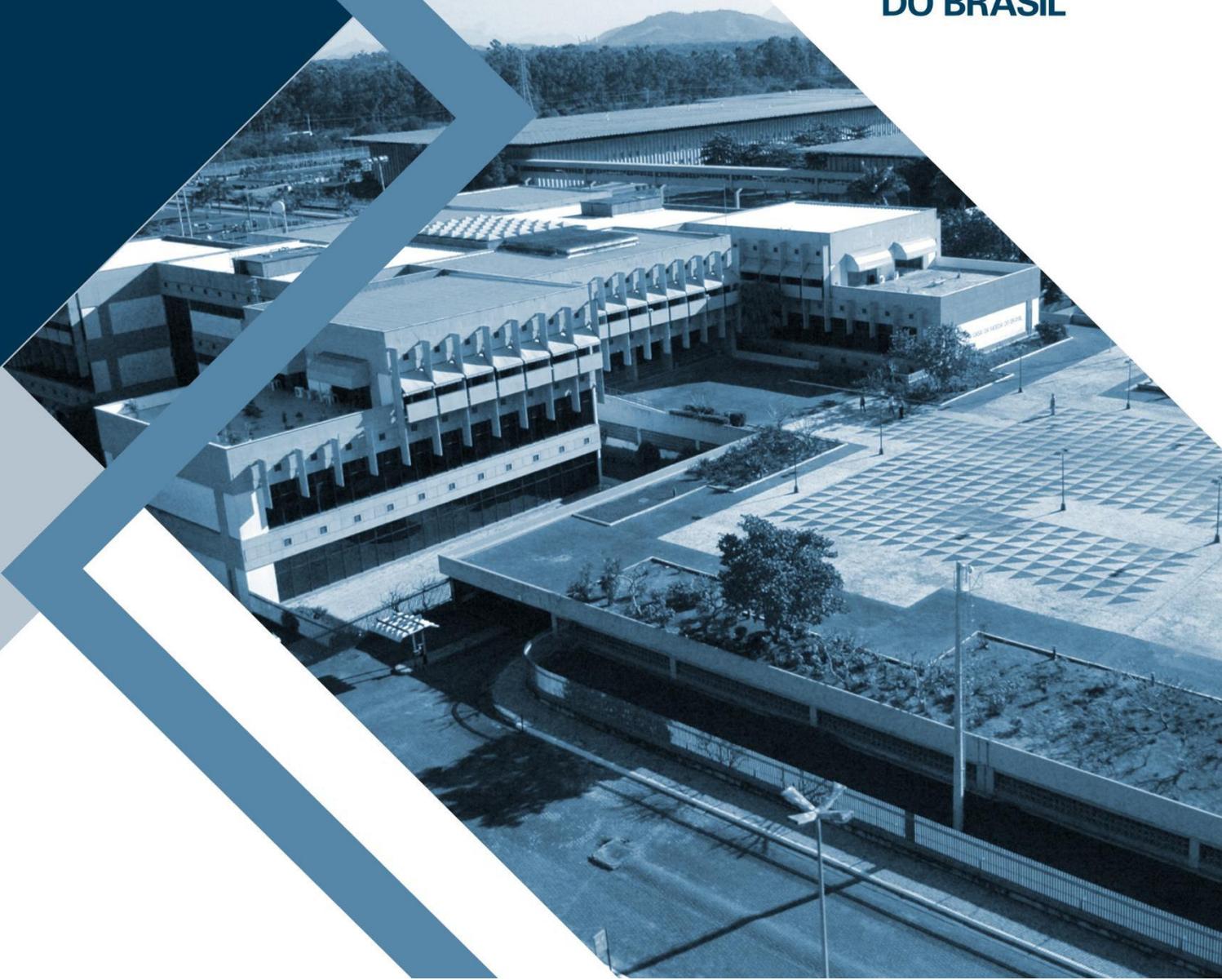
Marlos Nanoni Reinert
Contador CRCPR Nº 050.998/O-9 S-RJ

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 2906/O-5

Demonstrações Financeiras 2023



**CASA DA MOEDA
DO BRASIL**



Sumário

01	BALANÇO 2023	3
02	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2023	6
03	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA 2023	8
04	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2023	11
05	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 2023	13
06	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO 2023	15
07	NOTAS EXPLICATIVAS 2023	18

01

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial - Ativo

Exercício de 2023 (EM R\$ MIL)

ATIVO		31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE	NOTA	1.325.056	1.336.849
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(4)	612.234	646.286
BANCOS CONTA MOVIMENTO		162	67
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		612.072	646.219
VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO		302.001	381.659
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(5.1)	87.792	121.639
(-) PERDAS ESTIMADAS COM CRÉD. LIQ. DUVIDOSA	(5.4)	(33)	(59)
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(5.2)	121.122	118.669
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	(6.1)	5.738	5.078
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(7)	23.505	18.210
OUTROS VALORES A RECEBER	(5.7)	63.877	118.122
ESTOQUES	(8)	410.493	308.487
PRODUTOS ACABADOS		106.129	89.339
PRODUTOS EM PROCESSO		45.857	20.891
MATÉRIA-PRIMA		206.227	167.272
ALMOXARIFADO		35.688	30.916
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO		16.592	69
DESPESAS ANTECIPADAS		328	417
NÃO CIRCULANTE	NOTA	1.410.479	1.299.865
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		944.668	826.239
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(5.1)	59.589	59.791
(-) PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(5.4)	(40.196)	(40.398)
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(5.2)	251.744	224.382
(-) PERDA ESTIM CRÉD SERV A FATURAR	(5.4)	(106.272)	(92.592)
VALORES A RECEBER EC 93/2016	(5.3)	311.015	311.015
(-) PERDA ESTIM CRÉD SERV EC 93/2016	(5.4)	(311.015)	(311.015)
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(7)	899.131	860.429
(-) PERDA ESTIMADA C/PIS E COFINS SOBRE INSUMOS	(7)	(795.058)	(770.265)
CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS	(5.9)	40.919	-
DEPÓSITO JUDICIAL/RECURSAL	(20)	84.167	75.327
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(10.1)	470	470
(-) PERDA ESTIMADA COM INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(10.1)	(470)	(470)
OUTROS CRÉDITOS A LONGO PRAZO	(5.8)	550.644	509.565
INVESTIMENTOS		498	502
PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS		1.670	1.670
(-) PERDA ESTIMADA COM INVESTIMENTOS POR INCENT. FISCAIS		(1.663)	(1.659)
OBRAS DE ARTE		491	491
IMOBILIZADO TÉCNICO	(11.1)	462.616	469.417
BENS VALORES CORRIGIDOS		1.498.064	1.503.609
(-) DEPRECIAÇÕES		(1.061.615)	(1.030.196)
(-) PERDA EST. RED. AO VR. RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)		(16.077)	(18.453)
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO		29.978	1.759
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO		12.266	12.698
INTANGÍVEL	(11.2)	2.697	3.707
TOTAL		2.735.535	2.636.714

Balanço Patrimonial - Passivo

Exercício de 2023 (EM R\$ MIL)

PASSIVO		31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE	NOTA	402.247	422.449
FORNECEDORES	(12.1)	110.430	185.591
EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	(13.a)	24.415	20.253
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES NO LUCRO	(14)	14.800	7.680
DIVIDENDOS A PAGAR	(14.a)	48.102	5.546
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	(15)	15.972	11.563
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	(17)	22.511	69.142
PROVISÃO PARA CUSTOS E SERVIÇOS A FATURAR	(18)	68.593	71.024
PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS	(13.b)	54.390	46.665
OUTRAS OBRIGAÇÕES	(12.2)	43.034	4.985
NÃO CIRCULANTE	NOTA	584.388	582.881
OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	(25)	71.179	39.498
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	(15)	15.419	14.526
ADIANTAMENTOS	(17)	40.855	-
PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS	(19.1)	273.629	285.748
PROVISÃO P/CUSTOS DE SERVIÇOS A FATURAR	(18)	183.306	242.220
OUTRAS OBRIGAÇÕES	(12.2)	-	889
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	1.748.900	1.631.384
CAPITAL SOCIAL	(21)	1.360.678	1.360.678
RESERVAS DE LUCRO	(21)	388.222	270.706
RESERVA LEGAL		31.382	21.256
RESERVA PARA INVESTIMENTOS		230.249	230.249
LUCROS A DISPOSIÇÃO DA AGO		144.307	-
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREV. PRIVADA	(25)	(17.716)	19.201
RESULTADO DO PERÍODO	(21)	-	-
TOTAL		2.735.535	2.636.714

02

**DEMONSTRAÇÃO
DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO**

Demonstração do Resultado do Exercício

Exercício de 2023 (EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	31.12.2023	31.12.2022
I - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS (22.1)	1.368.600	1.337.735
II - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS (22.2)	(907.095)	(864.832)
III - LUCRO BRUTO OPERACIONAL	461.505	472.903
IV - DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS (22.c)	(366.179)	(563.358)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(326.608)	(314.857)
DESPESAS COM PESSOAL	(262.222)	(241.093)
DESPESAS COM MATERIAIS	(13.690)	(17.393)
DESPESAS COM SERVIÇOS	(44.541)	(47.106)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(6.155)	(9.265)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(26.860)	(30.342)
OUTRAS DESPESAS / RECEITAS - LÍQUIDAS	(12.711)	(218.159)
V - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	95.326	(90.455)
VI - RESULTADO FINANCEIRO (22.4)	107.210	113.807
RECEITAS FINANCEIRAS	185.161	156.812
DESPESAS FINANCEIRAS	(77.951)	(43.005)
VII - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	202.536	23.352
VIII - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA (16.0)	-	-
IX - PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (16.0)	-	-
X - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	202.536	23.352

03

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercício de 2023 (EM R\$ MIL)

MÉTODO INDIRETO		
DESCRIÇÃO	31.12.2023	31.12.2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO	202.536	23.352
AJUSTES QUE NÃO REPRESENTAM ENTRADA OU SAÍDA DE CAIXA:		
PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	13.452	(10.878)
PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS DE PIS E COFINS SOBRE INSUMOS	24.793	27.152
PROVISÃO/REVERSÃO P/PERDA DE INVEST. TEMPORÁRIOS E P/INCENTIVOS FISCAIS	4	(5)
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	32.721	43.496
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO (<i>IMPAIRMENT</i>)	(2.376)	(2.721)
PERDA ESTIMADA COM ESTOQUES	3.643	(1.425)
PERDA ESTIMADA COM FUNCIONÁRIOS CEDIDOS	(4)	759
REVERSÃO/PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	(12.119)	233.617
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	262.650	313.347
AUMENTO / (REDUÇÃO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS:		
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	34.050	(68.802)
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(29.814)	38.136
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	(660)	112
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(43.997)	(18.873)
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	(8.840)	(10.479)
OUTROS CRÉDITOS	54.247	(74.139)
ESTOQUES	(105.649)	(27.773)
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	89	(178)
TOTAL DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(100.574)	(161.996)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS:		
FORNECEDORES	(136.506)	(55.165)
EXIGIBILIDADES COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.162	2.954
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES NO LUCRO	7.120	1.798
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	5.301	1.095
PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS	7.725	(219)
OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	(5.235)	9.599
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	(5.776)	(63.450)
OUTRAS OBRIGAÇÕES	37.159	(8.559)
TOTAL DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(86.050)	(111.947)
CAIXA LÍQUIDO GERADO / (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	76.026	39.404
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
AUMENTO/ (REDUÇÃO) EM OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	(81.999)	(24.895)
AUMENTO/ (REDUÇÃO) DE ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	(22.533)	(7.715)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/ (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(104.532)	(32.610)

MÉTODO INDIRETO

DESCRIÇÃO	31.12.2023	31.12.2022
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
DIVIDENDOS PAGOS	(5.546)	(21.470)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(5.546)	(21.470)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(34.052)	(14.676)

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA

DESCRIÇÃO	31.12.2023	31.12.2022
SALDO DO CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	646.286	660.962
SALDO DO CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	612.234	646.286
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(34.052)	(14.676)

04

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício de 2023 (EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS					LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	TOTAL
		LEGAL	INVESTIMENTOS	ESPECIAL	LUCROS A DISPOSIÇÃO DA AGO	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL		
SALDO EM 31/12/2021	1.360.678	20.088	213.611	14.292	-	377	-	1.609.046
1. LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	-	-	-	-	-	-	23.352	23.352
2. CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL	-	1.168	-	-	-	-	(1.168)	-
3. PAGAMENTO DE DIVIDENDOS:	-	-	-	(14.292)	-	-	-	(14.292)
4. DIVIDENDOS PROPOSTOS:	-	-	-	-	-	-	(5.546)	(5.546)
5. CONSTITUIÇÃO DA RESERVA DE INVESTIMENTO:	-	-	16.638	-	-	-	(16.638)	-
6. SUPERÁVIT / (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA:	-	-	-	-	-	18.824	-	18.824
SALDO EM 31/12/2022	1.360.678	21.256	230.249	-	-	19.201	-	1.631.384
1. LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	-	-	-	-	-	-	202.536	202.536
2. CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL	-	10.127	-	-	-	-	(10.127)	-
4. DIVIDENDOS PROPOSTOS:	-	-	-	-	-	-	(48.102)	(48.102)
5. LUCROS A DISPOSIÇÃO DA AGO:	-	-	-	-	144.307	-	(144.307)	-
6. SUPERÁVIT / (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA:	-	-	-	-	-	(36.917)	-	(36.917)
SALDO EM 31/12/2023	1.360.678	31.382	230.249	-	144.307	(17.716)	-	1.748.900

05

**DEMONSTRAÇÃO
DO RESULTADO
ABRANGENTE**

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício de 2023 (EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	31.12.2023	31.12.2022
I - LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	202.536	23.352
(+/-) Superávit (Déficit) Atuarial de Previdência Privada	(36.917)	18.824
II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	165.619	42.176

06

**DEMONSTRAÇÃO
DO VALOR
ADICIONADO**

Demonstração do Valor Adicionado

Exercício de 2023 (EM R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	31.12.2023	31.12.2022
1 - RECEITAS	1.356.562	1.352.273
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.381.532	1.347.540
1.2) Outras Receitas	172	183
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão/(Constituição)	(13.453)	10.878
1.4) Deduções de Vendas	(11.689)	(6.328)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	635.126	785.107
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	557.531	560.419
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	49.158	201.686
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	28.437	23.002
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	721.436	567.166
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	38.382	43.496
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	683.054	523.670
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	211.754	181.963
6.1) Receitas financeiras	185.153	156.575
6.2) Dividendos	8	236
6.3) Outras Receitas	26.593	25.152
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	894.808	705.633

8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	894.808	705.633
8.1) Pessoal	514.705	550.182
8.1.1 - Remuneração direta	415.449	453.619
8.1.2 - Benefícios	74.374	74.855
8.1.3 - F.G.T.S.	24.882	21.708
8.2) Impostos, taxas e contribuições	100.786	90.265
8.2.1 - Federais	99.018	87.264
8.2.2 - Estaduais	1.504	1.862
8.2.3 - Municipais	264	1.139
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	76.781	41.835
8.3.1 - Juros	73.666	39.650
8.3.2 - Aluguéis	3.115	2.185
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	202.536	23.351
8.4.1 - Dividendos da União	48.102	5.546
8.4.2 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	154.434	17.805

07

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2023

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 – CONTEXTO OPERACIONAL

Objeto social

A Casa da Moeda do Brasil – CMB, conforme a Lei nº 5.895/73, é uma Empresa pública federal não dependente de recursos da União, vinculada ao Ministério da Fazenda, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e capital social totalmente pertencente à União.

A Empresa tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, com escritório na Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 6º Andar, sala 674, Brasília – DF, CEP 70.040-906, sendo o seu complexo industrial situado à Rua René Bittencourt, 371, Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ, CEP nº 23.565-200, o qual possui como principais atividades a produção de cédulas, moedas de circulação e comemorativas, medalhas, distintivos e comendas, passaportes, certificados, cartões inteligentes e documentos de identificação, selos postais e selos fiscais com rastreabilidade, além de inúmeros outros produtos gráficos de segurança.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as normas e as práticas contábeis adotadas no Brasil e aprovadas pela Diretoria Executiva em 06 de março de 2024.

1.2 – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando-se o pressuposto de continuidade operacional e são apresentadas conforme as diretrizes fixadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), nas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Administração avaliou a capacidade da Casa da Moeda do Brasil de se manter operando normalmente e está convencida de que a entidade possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, não há conhecimento por parte desta Administração de nenhuma incerteza material em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação a sua capacidade de operação.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em 31 de dezembro de 2023 em moeda corrente nacional (milhares de reais) em conformidade com a lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, bem como em aderência às normas internacionais de contabilidade.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(a) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

(b) Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber de Clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, deduzindo as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). O ajuste a valor presente, para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela irrelevância do impacto nas Demonstrações Financeiras.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do Balanço Patrimonial. Uma PECLD é registrada quando há evidência objetiva de que a CMB não será capaz de receber todos os valores devidos segundo os prazos originais das contas a receber. O registro da PECLD é realizado no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na Demonstração do Resultado, assim como suas reversões.

(c) Estoques

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

Os custos de transformação de estoques incluem os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção, como pode ser o caso da mão de obra direta. Também incluem a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.

Os custos indiretos de produção fixos são aqueles que permanecem relativamente constantes, independentemente do volume de produção, tais como a depreciação e a manutenção de edifícios e instalações fabris, máquinas, equipamentos e ativos de direito de uso utilizados no processo de produção e o custo de gestão e de administração da fábrica.

Os custos indiretos de produção variáveis são aqueles que variam diretamente, ou quase diretamente, com o volume de produção, tais como materiais indiretos e certos tipos de mão de obra indireta.

(d) Investimentos

Os investimentos em participação no capital social de outras sociedades são avaliados pelo custo histórico, deduzido de perdas estimadas na realização do seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente. Tal critério é aplicado aos Investimentos da CMB que não é obrigada à elaboração de demonstrações consolidadas, alinhando-se, assim, à exceção do item 17 do CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, concomitante com o item 4 do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

(e) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, subtraindo-se a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição à vista acrescido de todos os outros custos diretamente relacionados ao ativo imobilizado de forma a colocá-lo em condições de operação na forma pretendida pela Administração da CMB. Os métodos de depreciação, valor residual e as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriados, anualmente.

Não há, no caso da CMB, obrigações legais ou contratuais de desmontagem associadas a ativos imobilizados, portanto, não há constituição de provisões para desmobilização.

O montante depreciable é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens é iniciada a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

(f) Intangível

Software

O *software* adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a *software* está incluída no custo das vendas de produtos e serviços ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o *software* está relacionado.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. *Software* e custos diretamente atribuíveis de desenvolvimento capitalizados relacionados à tecnologia são amortizados ao longo de cinco anos na CMB.

(g) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos

Os valores contábeis dos ativos não monetários como ativos imobilizados e intangíveis são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Assim que apurada, uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida, se o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação.

As Perdas de Redução ao Valor de Recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo e o seu valor em uso. O valor justo é considerado o valor de mercado ajustado e líquido das despesas de venda. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

No caso da CMB, o valor recuperável de melhor representação é o seu valor em uso, já que, dada a especificidade dos seus equipamentos, não há valor de mercado referencial. Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos imobilizados e intangíveis são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(h) Fornecedores

Contas a Pagar/Fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo, dada a baixa relevância do impacto nas Demonstrações Financeiras.

(i) Provisões e Contingências

Provisões são reconhecidas quando a CMB tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de eventos passados; seja provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e possa ser feito uma estimativa confiável do valor da obrigação. Tais valores incluem, mas não estão limitados, a várias reivindicações, processos e ações junto à CMB, relativas a disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 e segue as diretrizes consolidadas em norma interna sobre o tema. A classificação quanto à condição de provável, possível e remota, bem como o critério de mensuração das contingências foram elaborados em condições consideradas razoáveis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativos.

(j) Imposto de Renda e Contribuição Social

A forma de tributação em que se enquadra a CMB é a do lucro real anual conforme legislação em vigor.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são reconhecidos no resultado do exercício. A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal na data do Balanço Patrimonial e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O ativo fiscal diferido com relação a prejuízos fiscais deve ser reconhecido à medida que for provável que no futuro ocorra lucro tributável suficiente para compensar esses prejuízos.

A CMB, ao avaliar a probabilidade de lucro tributável futuro contra o qual possa utilizar os prejuízos fiscais, considera, entre outros critérios, se há oportunidade identificada que possa gerar lucro tributável no período em que os prejuízos possam ser compensados. Dessa forma, não havendo probabilidade de lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais, o ativo fiscal diferido não é reconhecido.

(k) Reconhecimento de Receita

A CMB reconhece a receita quando ela performa de acordo com o contrato do cliente, ou seu valor puder ser mensurado com segurança, e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida, ou a receber, pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Ao que se refere ao programa Scorpions, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar é baseado na leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial, administrado pela Receita Federal do Brasil.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
CAIXA/CONTAS CORRENTES	162	67
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (a.1)	612.072	646.219
TOTAL	612.234	646.286

Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Empresa.

(a.1) – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	31/12/2023		31/12/2022	
	VALORES (EM R\$ MIL)	TAXA DE RENTABILIDADE NO ANO	VALORES (EM R\$ MIL)	TAXA DE RENTABILIDADE NO ANO
BANCO DO BRASIL (BB EXTRAMERCADO)	612.072	13,1201%	646.219	11,8564%
TOTAL	612.072		646.219	

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.986, de 17 de fevereiro de 2022, as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da CMB são efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância na referida Resolução.

A redução do saldo está associada a manutenção operacional da Empresa.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E OUTROS CRÉDITOS

5.1 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Apresenta-se, a seguir, a composição do saldo a receber de clientes até a data de 31 de dezembro de 2023:

CLIENTES	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - AC	23.690	40.892
Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - AC	64.102	80.747
Duplicatas a Receber de Clientes - AC (a.1)	87.792	121.639
Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - ANC	15.478	15.478
Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - ANC	12.015	12.217
Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas - ANC	26.236	26.236
Duplicatas a Receber - RFB Parceria Pharos - ANC	408	408
Duplicatas a Receber - Selo Digital Parceria Pharos - ANC	5.452	5.452
Duplicatas a Receber de Clientes - Subtotal - ANC (a.2)	59.589	59.791
SUBTOTAL (AC + ANC)	147.381	181.430

A CMB, em sua política comercial, não realiza venda de longo prazo. Nesse contexto, não foram efetuados ajustes a valor presente do saldo de contas a receber, tendo em vista que o efeito econômico de tais ajustes seria irrelevante para o adequado entendimento das demonstrações.

O saldo constante de clientes do Ativo Não Circulante se refere à prática de controle e acompanhamento de clientes inadimplentes há mais de um exercício transferidos do Ativo Circulante.

O saldo de Clientes apresenta variação de R\$ 34.049 mil, evidenciada a seguir:

(a.1) Duplicatas a Receber de Clientes - Ativo Circulante

A variação negativa de R\$ 33.847 mil decorre, principalmente, pela redução de R\$ 15.449 mil, referente às vendas com Passaportes, devido à diminuição de pedidos nos últimos meses, e R\$ 16.646 mil de clientes do exterior, pela variação cambial.

(a.2) Duplicatas a Receber de Clientes - Ativo Não Circulante

A redução de R\$ 202 mil refere-se, principalmente, à variação cambial de vendas para o exterior.

5.2 – SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO

SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
Selo Digital - Parceria Pharos – AC	94.216	96.143
Selo Físico - Parceria Pharos – AC	26.906	22.526
Serviços Executados a Faturar - Subtotal - AC	121.122	118.669
Programa Sicobe – ANC	165.100	165.100
Programa Scorpions – ANC	12.693	12.693
Parceria Pharos – ANC	73.951	46.589
Serviços Executados a Faturar - Subtotal - ANC	251.744	224.382
SUBTOTAL (AC + ANC) (a.1)	372.866	343.051

A rubrica Serviços Executados a Faturar apresenta o saldo de valores a faturar sobre serviços decorrentes da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros.

Destaca-se que a segregação da rubrica busca evidenciar o saldo de Serviços Executados a Faturar de cada contrato.

Em razão da DRU, o reconhecimento foi integralmente baseado em 70% da leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial do programa Scorpions e dos DARFs recolhidos pelos Fumageiros nos Selos Físicos.

As principais variações da rubrica, de R\$ 29.815 mil, referem-se, além do reconhecimento das leituras mensais, à conciliação dos recebimentos oriundos do período de julho de 2022 a maio de 2023 com base na Portaria MF nº 480/2018, sendo uma redução de R\$ 1.927 mil relativos à “Selo Digital - Parceria Pharos - AC” e aumento de R\$ 4.380 mil à “Selo Físico - Parceria Pharos

– AC”, e à transferência de R\$ 27.362 mil para o Ativo não Circulante de valores não identificados após a conciliação dos registros de ativação de selos.

5.3 – VALORES A RECEBER EC 93/2016

VALORES A RECEBER EC 93/2016	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
Valores a Receber EC 93/2016 – ANC	311.015	311.015
SUBTOTAL	311.015	311.015

A conta Valores a Receber EC 93/2016 foi aberta para evidenciar o desconto de tais valores nos recebimentos ocorridos entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019 e não apresentou variação no período.

5.4 – PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Administração definiu como critério para reconhecimento das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), para os créditos acima de 180 dias, o saldo integral de Clientes inadimplentes e o saldo líquido de Serviços Executados a Faturar, sendo este último deduzido do último percentual de repasse à prestadora.

O ajuste a valor presente, para efeito de determinação do montante de juros a apropriar, com base no método da taxa de juros efetivos, não é aplicado nestas obrigações, dada a baixa relevância do impacto nas Demonstrações Financeiras.

Não obstante à constituição das PECLD, a Administração deliberou, para os casos em que possui titularidade do crédito, manter o ajuizamento das ações pertinentes aos Clientes Inadimplentes e Duplicatas a Receber – Envasadores, conforme definido em plano de ação do Departamento Jurídico, no sentido de agilizar os procedimentos de cobranças extrajudiciais e judiciais, sendo priorizados aqueles que possuem maiores saldos devedores individuais e também os mais antigos, na tentativa de afastar eventual pronunciamento de prescrição.

(a) PECLD – Clientes Comerciais

PECLD - CLIENTES COMERCIAIS (a)	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - AC	(33)	(59)
Subtotal – AC	(33)	(59)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - ANC	(15.478)	(15.478)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - ANC	(12.015)	(12.217)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas - ANC	(9.569)	(9.569)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - RFB Parceria Pharos - ANC	(408)	(408)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Selo Dig Parceria Pharos - ANC	(2.726)	(2.726)
Subtotal – ANC	(40.196)	(40.398)
SUBTOTAL	(40.229)	(40.457)
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO – 2023		228

O efeito no resultado de R\$ 228 mil se deve, basicamente, à redução de R\$ 202 mil de “PECLD – Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior – ANC”, referente à variação cambial, e R\$ 26 mil de “Duplicatas a Receber – Clientes Clube da Medalha”.

(b) PECLD – Serviços a Faturar

PECLD - SERVIÇOS A FATURAR (b)	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Programa Sicobe - ANC	(60.490)	(60.490)
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Programa Scorpions - ANC	(8.808)	(8.808)
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Parceria Pharos - ANC	(36.974)	(23.294)
Subtotal – ANC	(106.272)	(92.592)
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO – 2023		(13.680)

Com relação à PECLD de Serviços a Faturar, a CMB aplica a proporcionalidade dos valores acordados contratualmente de repasses à prestadora sobre os saldos de inadimplentes para Envasadores e Fumageiros. Registrou-se um aumento de R\$ 13.680 mil da “PECLD – Serviços Executados a Faturar – Parceria Pharos – ANC” após a conciliação dos recebimentos oriundos do período de julho de 2022 a maio de 2023 com base na Portaria MF nº 480/2018.

(c) PECLD – Valores a Receber EC 93/2016

PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016 (c)	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
(-) PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016	(311.015)	(311.015)
SUBTOTAL	(311.015)	(311.015)

Com relação à PECLD sobre os Valores a Receber EC 93/2016, a CMB regulamentou internamente os efeitos da Emenda Constitucional nº 93 de 8 de setembro de 2016 e da Portaria MF nº 480/2018, definindo os critérios e parâmetros para baixa dos valores em recebimentos antecipados e emissão das Notas Fiscais.

Cabe destacar que o valor de R\$ 311.015 mil se refere à aplicação da EC 93/2016, instituído em setembro de 2016 com efeitos retroativos a janeiro do mesmo período.

5.5 – CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E VALORES A RECEBER EC 93/2016 LÍQUIDOS

Apresenta-se, a seguir, a consolidação dos saldos de “Contas a Receber Bruto”, “Serviços Executados a Faturar Bruto” e “Valores a Receber EC 93/2016” deduzidos das respectivas PECLD.

(a) Contas a Receber Líquido

CONTAS A RECEBER LÍQUIDO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
CONTAS A RECEBER BRUTO - AC	87.792	121.639
(-) PECLD - AC	(33)	(59)
Subtotal - AC	87.759	121.580
CONTAS A RECEBER BRUTO - ANC	59.589	59.791
(-) PECLD - ANC	(40.196)	(40.398)
Subtotal - ANC	19.393	19.393
TOTAL	107.152	140.973

(b) Serviços Executados a Faturar Líquido

SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR LÍQUIDO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO - AC	121.122	118.669
Subtotal - AC	121.122	118.669
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO - ANC	251.744	224.382
(-) PECLD - ANC	(106.272)	(92.592)
Subtotal - ANC	145.472	131.790
TOTAL	266.594	250.459

(c) Valores a Receber EC 93/2016 Líquido

VALORES A RECEBER EC 93/2016 LÍQUIDO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
VALORES A RECEBER EC 93/2016 - ANC	311.015	311.015
(-) PECLD - ANC	(311.015)	(311.015)
TOTAL	-	-

5.6 – AGING DO CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E VALORES A RECEBER EC 93/2016

Apresenta-se a distribuição dos saldos a receber por prazos de vencimento, considerando os saldos de “Contas a Receber Bruto” deduzidos das respectivas PECLD, conforme item 5.4:

CLIENTES	VALORES (EM R\$ MIL)				
	A vencer	Vencidos até 6 meses	Vencidos de 6 a 12 meses	Vencidos há mais de 12 meses	Saldo em 31/12/2023
CLIENTES	26.944	60.813	713	58.911	147.381
PECLD - CLIENTES COMERCIAIS	-	-	(713)	(39.516)	(40.229)
SUBTOTAL	26.944	60.813	-	19.393	107.152
SERVIÇOS A FATURAR	-	96.555	32.616	243.695	372.866
PECLD - SERVIÇOS A FATURAR	-	-	(4.025)	(102.248)	(106.273)
SUBTOTAL	-	96.555	28.592	141.447	266.594
VALORES A RECEBER EC 93/2016	-	-	-	311.015	311.015
PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016	-	-	-	(311.015)	(311.015)
SUBTOTAL	-	-	-	-	-
TOTAL	26.944	157.368	28.592	160.840	373.746

5.7 – OUTROS VALORES A RECEBER

OUTROS CRÉDITOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
CONTAS A RECEBER DE LENIÊNCIA (a)	32.257	28.192
CRÉDITOS DECORRENTE DE AÇÕES JUDICIAIS (b)	-	18.990
DEPÓSITOS E CAUÇÕES (c)	836	2.006
CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL (d)	4.271	4.281
(-) PERDA ESTIMADA COM FUNCIONÁRIOS CEDIDOS (d)	(755)	(759)
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (e)	38.968	77.112
(-) PERDA ESTIM OUTROS CREDITOS A RECEBER (e)	(11.700)	(11.700)
TOTAL	63.877	118.122

(a) Contas a Receber de Leniência

OUTROS CRÉDITOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
CONTAS A RECEBER DE LENIÊNCIA (a)	32.257	28.192
TOTAL	32.257	28.192

O valor de R\$ 32.257 mil se refere à transferência do saldo de Contas a Receber de Leniência do não circulante, considerando a expectativa de recebimento dos valores no vencimento previsto no acordo.

(b) Créditos Decorrente de Ações Judiciais

CRÉDITOS DECORRENTE DE AÇÕES JUDICIAIS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
TRIBUTÁRIO	-	15.012
CÍVEL	-	3.978
TOTAL	-	18.990

A variação se deve à reclassificação para o não circulante, visto a expectativa de recebimento exceder um exercício.

(c) Depósito e Cauções

OUTROS CRÉDITOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
DEPÓSITOS E CAUÇÕES (c)	836	2.006
TOTAL	836	2.006

O valor de R\$ 836 mil corresponde à depósito em garantia referente à exigência licitatória internacional da área comercial.

(d) Créditos por Cessão de Pessoal

CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
CIFRAO - FUNDAÇÃO DE PREVIDENCIA DA CMB	65	54
AGU - ADVOCACIA GERAL UNIÃO_COORDENACAO	599	520
UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	59	65
MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	240	200
TRF - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIAO	308	267
IBGE INSTIT. BRAS. DE GEOGR. ESTATÍSTICA	50	48
UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RJ	273	378
IFRJ - INST. FED. EDUC. CIENC. E TECN. DO RJ	408	408
ME - MINISTÉRIO DA ECONOMIA	115	70
UFSJ - UNIVERSID. FED. SÃO JOÃO DEL REI	112	103
SENACON - SECRETARIA NACION. CONSUMIDOR	338	291
SENAJUS - SECRET. NACIONAL DE JUSTIÇA	-	25
INT - INST. NAC. DE TECNOLOGIA	90	82
MJSP - MINISTÉRIO JUSTIÇA SEG. PÚBLICA	65	55
FIOCRUZ - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	49	65
CNEN - COMISSÃO NAC. DE ENERGIA NUCLEAR	185	159
ANP - AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO	189	156
MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE	73	34
FUNARTE - FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	-	271
INPI - INST NACIONAL DA PROP INDUSTRIAL	74	41
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	874	798
ME - MINISTÉRIO DA ECONOMIA	-	36
CGU - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	-	21
PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	47	35
MT - MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES	-	66
SUSEP - SUPERINT. SEGUROS PRIVADOS	35	33
MINISTÉRIO DE GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS	23	-
SUBTOTAL	4.271	4.281
(-) PERDA ESTIMADA COM FUNCIONÁRIOS CEDIDOS	(755)	(759)
TOTAL	3.516	3.522

A CMB, desde 2019, intensificou a utilização da cessão de funcionários a outras entidades públicas federais, estaduais ou municipais para a redução dos gastos com pessoal, sem prejuízo ao desenvolvimento profissional de seus empregados.

O saldo da rubrica “Créditos por Cessão de Pessoal” representa o montante de ressarcimento devido pelos órgãos cessionários em 31 de dezembro de 2022, sendo composto pela integralidade do custo do pessoal cedido.

O valor de R\$ 755 mil corresponde à Perda Estimada com Funcionários Cedidos de Órgãos que não realizaram o devido reembolso das verbas salariais e seus respectivos encargos sociais desses cedidos. A CMB vem atuando para a recuperação de tais créditos junto aos Órgãos, bem como através de Ações Judiciais.

(e) Outros Créditos a Receber

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	26.719	64.928
RECOMPRA DE SELOS FÍSICOS - SRF	11.700	11.700
OUTROS CRÉDITOS	549	484
TOTAL	38.968	77.112
(-) PERDA ESTIMADA COM RECOMPRA SELOS FÍSICOS	(11.700)	(11.700)
TOTAL	27.268	65.412

A variação da rubrica ADIANTAMENTO A FORNECEDORES refere-se as conciliações financeiras dos recebimentos antecipados.

O valor da rubrica RECOMPRA DE SELOS - SRF, refere-se ao procedimento de recompra de estoques dos selos fiscais, materializado em contrato firmado entre a CMB e a União, por intermédio da RFB. Entretanto, devido à falta de previsibilidade no ressarcimento de tais valores, a Administração reconheceu perda estimada com a recompra de Selos Físicos no valor integral previsto no contrato.

5.8 – OUTROS CRÉDITOS A LONGO PRAZO

OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
ACORDO DE LENIÊNCIA (a)	548.375	507.461
NOTAS DO TESOUREIRO NACIONAL (b)	2.269	2.104
TOTAL	550.644	509.565

(a) Acordo de Leniência

O saldo de R\$ 548.375 mil se refere ao Acordo de Leniência firmado pela Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União com as empresas SICPA e CEPTIS, atualizado pela taxa Selic.

(b) Notas do Tesouro Nacional

Os créditos são provenientes do Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997 e suas alterações) e do Decreto nº 9.292 de 23 de fevereiro de 2018, que estabelece as características das Notas do Tesouro Nacional – NTN.

5.9 – CRÉDITOS DECORRENTES DE AÇÕES JUDICIAIS

OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
TRIBUTÁRIO	36.302	-
CIVIL	4.617	-
TOTAL	40.919	-

A variação se deve à reclassificação para o não circulante, visto a expectativa de recebimento exceder um exercício.

A rubrica se refere à constituição de créditos decorrentes de ações judiciais para as quais há evidências que propiciem a garantia de sua realização, representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, sendo assim classificados como Ativos.

O valor relativo ao crédito tributário, refere-se, principalmente, à recuperação de IPTU sobre o estabelecimento fabril de Santa Cruz dos exercícios de 2019 até 2013, em razão da imunidade tributária, e à recuperação de IPI sobre bilhetes magnetizados; enquanto as cíveis envolvem créditos decorrentes da cessão de empregados.

NOTA 6 – ADIANTAMENTOS

6.1 – ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	5.738	5.078
TOTAL	5.738	5.078

Os valores referentes ao adiantamento de férias foram constituídos com base no artigo 145 da Consolidação das Leis de Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), que determina o pagamento até dois dias antes do prazo previsto para o início do gozo das férias.

NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR LÍQUIDOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante	23.505	18.210
Ativo Não Circulante Bruto	939.290	900.588
Perdas Estimadas com Tributos - ANC	(40.159)	(40.159)
Subtotal - AC	899.131	860.429
Perdas Estimadas com COFINS e PIS s/ insumos - ANC	(795.058)	(770.265)
Subtotal - ANC	104.073	90.165
TOTAL	127.578	108.374

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
ICMS A RECUPERAR - ANC (a)	15.174	15.174
IPI A RECUPERAR - ANC (b)	1.986	1.986
COFINS E PIS A RECUPERAR - Insumos - ANC (c)	795.058	770.265
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário - AC (d)	4.799	4.512
IR E CSLL - SALDO NEGATIVO - Crédito Tributário - ANC (d)	79.768	65.860
IRRF A COMPENSAR - Aplicações Financeiras - AC (e)	18.234	12.885
IRRF E CSLL A COMPENSAR - Ret. de Órgãos Públicos - AC (f)	134	475

COFINS E PASEP - Retenção de Órgãos Públicos - ANC (g)	47.304	47.304
OUTROS TRIBUTOS - AC	338	338
TOTAL	962.795	918.799
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR BRUTO	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante	23.505	18.210
Ativo Não Circulante	939.290	900.589
TOTAL	962.795	918.799

PERDAS ESTIMADAS COM TRIBUTOS - ANC	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
(-) PERDA ESTIMADA COM ICMS A RECUPERAR (a)	(15.174)	(15.174)
(-) PERDA ESTIMADA COM IPI A RECUPERAR (b)	(1.986)	(1.986)
(-) PERDA ESTIMADA COM COFINS E PIS S/ INSUMOS (c)	(795.058)	(770.265)
(-) PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (g)	(22.999)	(22.999)
TOTAL	(835.217)	(810.424)

(a) ICMS A RECUPERAR e PERDA ESTIMADA COM ICMS A RECUPERAR

O valor de R\$ 15.174 mil registrado no Ativo Não Circulante se refere a créditos apurados sobre energia elétrica destinada à industrialização que, segundo revisão dos procedimentos e diagnósticos fiscais dos saldos tributários, elaborada por consultores independentes, não possuem perspectiva de realização, pois não há disposição legal expressa ou documentação apta a suportar tais saldos e os precedentes sobre o assunto são desfavoráveis ao procedimento adotado pela CMB.

Considerando-se que não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros mediante a utilização desses créditos, foi constituída a “Perda Estimada com Realização de ICMS a Recuperar” na integralidade do saldo apurado.

(b) IPI A RECUPERAR e PERDA ESTIMADA COM IPI A RECUPERAR

Os créditos de IPI, escriturados na forma da legislação específica, são utilizados pela CMB, em sua escrita fiscal, decorrentes da compensação com os débitos nas saídas de produtos tributados.

Os créditos de IPI que, ao final de um período de apuração, remanescem da dedução dos débitos decorrentes das saídas de produtos tributados são mantidos na escrita fiscal da CMB para posterior dedução de débitos do IPI a períodos subsequentes de apuração.

O saldo de IPI a Recuperar no valor de R\$ 1.986 mil no Ativo Não Circulante, não possui perspectiva de realização, isto, porque existem precedentes administrativos e/ou judiciais contra o procedimento adotado pela CMB, e não há documentação apta a suportá-lo ou este é divergente aos valores encontrados. O fato residiu na tomada de crédito sobre Insumos para Passaporte, pois tal atividade é considerada prestação de serviço.

Considerando-se que não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros mediante a utilização desses créditos, foi constituída a “Perda Estimada com IPI a Recuperar” na integralidade do saldo apurado.

(c) COFINS E PIS A RECUPERAR – INSUMOS e PERDA ESTIMADA COM COFINS E PIS A RECUPERAR SOBRE INSUMOS

O montante de R\$ 795.058 mil, registrado na rubrica “COFINS e PIS a Recuperar”, é proveniente da apuração pelo regime não-cumulativo de créditos na aquisição de matéria-prima e na contratação de serviços utilizados para a fabricação de produtos e prestação de serviços que, em razão da exclusividade legal (art. 2º caput e § 1º da Lei nº 5.895 de 19 de junho de 1973), gozam de isenção tributária (art. 11 da Lei nº 5.895 de 19 de junho de 1973) na venda.

Ao final do 2º trimestre de 2021, a Administração tomou conhecimento da queda da liminar que permitia a CMB manter-se no regime de não cumulatividade.

Após avaliação interna da controvérsia, e considerando as incertezas na recuperabilidade dos créditos apurados na aquisição de insumos apontadas em pareceres jurídicos e em orientação dos auditores, foi constituída perda estimada sobre a integralidade do valor a recuperar.

(d) IR E CSLL – A RECUPERAR E SALDO NEGATIVO - CRÉDITO TRIBUTÁRIO

A Casa da Moeda do Brasil, para os tributos passíveis de pedido de restituição e/ou compensação (PER/DCOMP) junto à RFB, utiliza, como prática de controle e acompanhamento tributário, a transferência para o não circulante dos saldos credores dos PER/DCOMP realizados, reclassificando-os quando do despacho decisório favorável emitido pela RFB, em virtude da expectativa de recebimento através de restituição. Desta forma, a rubrica “IR e CSLL a recuperar” mantida no Ativo Circulante refere-se a PER/DCOMP sobre saldos negativos de IRPJ e CSLL com despachos decisórios favoráveis emitidos.

Os valores de R\$ 4.799 mil a Recuperar e R\$ 79.768 mil do Saldo Negativo com Imposto de Renda e Contribuição Social são referentes, respectivamente, a créditos tributários acumulados sobre os saldos negativos de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (DIPJ) anuais, corrigidos monetariamente pela Taxa Selic.

(e) IRRF A COMPENSAR – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica refere-se ao valor de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as Aplicações Financeiras, detalhadas na Nota 4. Caixa e Equivalentes de Caixa, item (a) Aplicações Financeiras. O aumento na retenção se deve em consequência ao aumento na rentabilidade das aplicações.

(f) IRRF E A CSLL A COMPENSAR – RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS

A rubrica está baseada na IN RFB nº 1234/2012, que obriga os órgãos públicos a procederem as retenções na fonte sobre os pagamentos que efetuarem. A compensação se deve em função

da isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o Banco Central do Brasil (BCB), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), o Departamento de Polícia Federal (DPF) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), conforme disposto no art. 11 da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, e pelas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

(g) COFINS E PASEP - RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS e PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

As retenções na rubrica estão baseadas na IN RFB nº 1234/2012, que obriga os órgãos públicos a procederem as retenções na fonte sobre os pagamentos que efetuarem. A compensação se deve em função da isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade, conforme explicitado na “NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR”, item (f) “IRRF E A CSLL A COMPENSAR – RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS”.

O saldo credor de R\$ 47.304 mil decorre do aproveitamento nas declarações das retenções tributárias dos clientes de vendas com exclusividade: BCB, ECT, SRFB, DPF e MRE, na liquidação de suas respectivas faturas, atualizados pela SELIC.

Considerando que houve pedidos realizados fora do prazo legal, foi constituída Perda Estimada com Créditos Tributários de retenção de órgãos públicos no valor de R\$ 22.999 mil. Esses valores ainda estão em discussão administrativa, mantendo-se o processo de cobrança em curso.

NOTA 8 – ESTOQUES

ESTOQUES	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
PRODUTOS ACABADOS	106.129	89.339
PRODUTOS EM PROCESSO	45.857	20.891
MATÉRIA-PRIMA	239.118	196.520
ALMOXARIFADO	35.688	30.916
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO	16.592	69
(-) PERDA ESTIM P/ REDUÇÃO VR REALIZÁVEL LÍQUIDO	(32.891)	(29.248)
TOTAL	410.493	308.487

O levantamento físico dos estoques é realizado por inventários rotativos – contagem cíclica. Os itens são selecionados diariamente pelo Sistema Integrado ERP. Os materiais são previamente cadastrados por Classe e Grupo e para cada Classe é definida a periodicidade com que se quer contar. Definidos os parâmetros, diariamente os itens são selecionados, contados e ajustados. O programa de contagem do sistema garante que todos os itens sejam verificados ao menos uma vez no decorrer do exercício.

A rubrica de Produtos Acabados apresentou aumento de R\$ 16.719 mil em comparação ao exercício anterior, decorrente principalmente do aumento do estoque do meio circulante, a serem entregues em 2024, e a elevação do estoque de passaporte e selo fiscal.

Visando atender as demandas do exercício de 2024, a rubrica de “Produtos em Processo”, “Matéria-Prima”, “Almoxarifado” e “Importações em Andamento” apresentaram aumento em virtude do início das ordens de produção.

NOTA 9 – ATIVO CONTINGENTE

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Financeiras. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado de decisões judiciais e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Assim, os ativos classificados como praticamente certo em que exista possibilidade de recuperação, estão reconhecidos em Outros Valores a Receber, conforme Nota 5.7 – OUTROS VALORES A RECEBER, (b) e 5.9 – CRÉDITOS DECORRENTES DE AÇÕES JUDICIAIS. Já os créditos classificados como praticamente certo, mas que não há capacidade de recuperação confirmada e os classificados como provável ocorrência, não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, sendo apenas divulgados conforme a seguir:

(a) Praticamente Certo – Capacidade de Recuperação não Confirmada

PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
CÍVEL	38.821	36.093
TOTAL	38.821	36.093

(b) Provável Ocorrência

PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
CÍVEL	650.214	652.230
TRIBUTÁRIO	98.912	114.064
TOTAL	749.126	766.294

O montante acima é composto, principalmente, pela (i) cobrança junto à União Federal sobre a Desvinculação de Receita da União – DRU, em razão da Emenda Constitucional nº 93/2016, o qual reteve valores retroativos (R\$ 597.359 mil); e (ii) recuperação de créditos tributários (R\$ 98.912 mil). A redução tributária se deve a reclassificação da ação de recuperação de IPTU sobre o estabelecimento fabril de Santa Cruz dos exercícios de 2019 até 2013, conforme explicitado na NOTA 5.9 – CRÉDITOS DECORRENTES DE AÇÕES JUDICIAIS .

NOTA 10 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

10.1 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

TÍTULOS - VALOR CONTÁBIL	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
CIA TROPICAL DE HOTÉIS	135	135
SEMP TOSHIBA AMAZÔNIA	132	132
CIA INDUSTRIAL DE MADEIRAS	65	65
POLIPLAST	53	53
COPE NOR	48	48
ENGEX SA	26	26
BETA SA	11	11
TOTAL	470	470

Os valores elencados acima representam investimentos em ações oriundas de créditos relacionados a incentivos fiscais, provenientes de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (DIPJ). As ações estão custodiadas no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação apenas em balcão, em atendimento ao Decreto nº. 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas, sem nenhuma interferência da CMB.

Considerando a baixa expectativa de recuperação desses valores, constitui-se perda estimada para a integralidade do saldo dos ativos conforme demonstrado abaixo:

PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2023	31/12/2022
PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(470)	(470)
TOTAL	(470)	(470)

NOTA 11 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

11.1 – IMOBILIZADO

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos, depois da dedução da Depreciação e Amortização Acumuladas e das Perdas Estimadas por Redução ao Valor Recuperável, assegura que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam os de recuperação por uso ou venda.

A seguir, apresenta-se o quadro comparativo da evolução e composição do Ativo Não Circulante – Imobilizado:

ITENS	VALORES (EM R\$ MIL)			
	31/12/2023			31/12/2022
	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.139.568	(741.199)	398.369	431.063
INSTALAÇÕES	151.932	(143.801)	8.131	9.761
EDIFÍCIOS	124.655	(102.338)	22.317	23.868
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	28.751	(25.429)	3.322	4.337
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	47.510	(47.084)	426	442
VEÍCULOS	1.764	(1.764)	-	58
TERRENOS	3.884	-	3.884	3.884
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO (c)	6.239	-	6.239	1.445
OBRAS EM ANDAMENTO (c)	160	-	160	-
PROJETOS EM ANDAMENTO (c)	314	-	314	314
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES DO IMOBILIZADO (c)	23.265	-	23.265	-
IMPORTACOES EM ANDAMENTO (c)	12.266	-	12.266	12.698
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (b)	(16.077)	-	(16.077)	(18.453)
TOTAL	1.524.231	(1.061.615)	462.616	469.417

A seguir, apresenta-se a depreciação acumulada e as perdas para redução ao valor de recuperação distribuídas por natureza de bens registrados no Imobilizado:

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$ MIL)					
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2023
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	431.063	2.441	(8.419)	(26.716)	-	398.369
INSTALAÇÕES	9.761	-	-	(1.630)	-	8.131
EDIFÍCIOS	23.868	-	-	(1.551)	-	22.317
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4.337	-	(100)	(915)	-	3.322
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	442	586	(50)	(552)	-	426
VEÍCULOS	58	-	-	(58)	-	-
TERRENOS	3.884	-	-	-	-	3.884
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO (c)	1.445	7.230	(2.436)	-	-	6.239
OBRAS EM ANDAMENTO (c)	-	160	-	-	-	160
PROJETOS EM ANDAMENTO (c)	314	-	-	-	-	314
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES DO IMOBILIZADO (c)	-	23.265	-	-	-	23.265
IMPORTACOES EM ANDAMENTO (c)	12.698	9.271	(9.703)	-	-	12.266
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (b)	(18.453)	-	2.376	-	-	(16.077)
TOTAL	469.417	42.952	(18.332)	(31.421)	-	462.616

(a) Vida Útil Econômica x Taxas Fiscais

O método de cálculo de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a CMB procede à avaliação da vida útil dos seus ativos.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado são: Edifícios 25 anos; Máquinas e Equipamentos 10 anos, 18 anos e 25 anos; Instalações 10 anos; Móveis e Utensílios 10 anos; Computadores e Periféricos 5 anos e Veículos 5 anos.

A Depreciação/Amortização, calculada segundo a vida útil econômica foi de R\$ 38.382 mil. Já a Depreciação/Amortização, calculada segundo as normas fiscais da Receita Federal do Brasil, foi de R\$ 38.596 mil.

A diferença de R\$ 214 mil entre a depreciação fiscal e econômica, conforme quadro abaixo, é ajustada por exclusão na base de cálculo de apuração do Lucro Real do Período.

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO - TAXA FISCAL (RFB)	38.596	63.948
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO - VIDA ÚTIL ECONÔMICA	(38.382)	(43.496)
DIFERENÇA DE DEPRECIÇÃO	214	20.452

O valor total no exercício de 2023 da depreciação apurado pelo método de vida útil econômica de acordo com a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, impactou os custos fabris em R\$ 32.227 mil e as despesas administrativas em R\$ 6.155 mil.

(b) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Imobilizado (*Impairment*)

A Empresa avalia os ativos imobilizados quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera caixa, geração essa que é em grande parte independente das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGC). Os ativos vinculados ao desenvolvimento e produção dos produtos da CMB, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda. Considerando-se a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, usualmente o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos

riscos específicos e utilizam taxas de desconto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC).

Após a realização do Teste de *Impairment*, a Empresa constatou que não houve necessidade de constituição de perda estimada.

(c) Imobilizações em andamento

A CMB utiliza como critério de controle dos seus ativos imobilizado e intangível a classificação inicial no grupo de contas de Imobilizações em Andamento. Após a avaliação, se o ativo se encontra em local e condições capazes de funcionamento pretendidos pela Administração, estará pronto para uso e será alocado em conta contábil de acordo com a sua especificidade de funcionamento.

A conta “Imobilizações em Andamento”, encerrou o exercício de 2023, com o saldo de R\$ 6.239 mil, sendo oportuno mencionar que o montante de R\$ 703 mil se refere à aquisição de Licenças de Uso de Sistemas. Esse valor será transferido para a conta “Software” após o aceite da área técnica.

A conta “Obras em Andamento”, encerrou o exercício de 2023, com o saldo de 160 mil, sendo oportuno mencionar que o montante se refere à Obra para Instalação de Grupo Gerador de Emergência, de Usina Solar Fotovoltaica e Sistema de Distribuição de Água de Reuso. Esse valor será transferido para a conta “Instalações” após o aceite da área técnica.

A conta “Imobilizações de Projetos em Andamento”, encerrou o exercício de 2023 com o saldo de R\$ 314 mil, referente às aquisições destinadas ao Projeto do Novo Passaporte e Sincraf.

A conta “Adiantamento a Fornecedores do Imobilizado” para melhor Demonstração Financeira, foi reclassificada do Ativo Circulante, da rubrica Outros Valores a Receber, para o Imobilizado em Andamento. A conta em questão encerrou o exercício com saldo de R\$ 23.265 mil, no qual desse montante, o valor de R\$ 15.302 mil se refere à Máquina Impressora Serigráfica.

A conta “Imobilização de Importações em Andamento” encerrou o exercício de 2023 com saldo de R\$ 12.265 mil, no qual desse montante, o valor de R\$ 7.201 mil se refere à aquisição de Equipamento Personalizador Automático. Esse valor será transferido para a conta do imobilizado técnico após aceite da área técnica.

11.2 – INTANGÍVEL

ITENS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
INTANGÍVEL	52.787	52.497
SOFTWARE	52.787	52.497
(-) AMORTIZAÇÃO	(50.090)	(48.790)
TOTAL	2.697	3.707

Custo de Aquisição	Software
Saldo em 31/12/2022	3.707
Aquisições	290
- Imobilizações em Andamento	290
- Importações em Andamento	-
- Obras em Andamento	-
- Projetos em Andamento	-
Baixas	-
Amortizações	(1.300)
Perda por redução ao valor de recuperação	-
Saldo em 31/12/2023	2.697

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, nos quais se define Ativo Intangível como ativo não monetário identificável sem substância física, para controle e contabilização dos bens patrimoniais. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Amortização Acumulada e Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável assegura que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam seus valores de recuperação por uso ou venda.

O critério de mensuração utilizado para determinar o valor contábil bruto de cada item do Intangível foi através do valor contábil original de aquisição.

O método de amortização empregado foi da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. A vida útil de cada bem e as taxas de amortização foram aplicadas de acordo com o período durante o qual a CMB espera utilizar o respectivo bem.

(a) Amortização

O método de cálculo de amortização empregado foi o da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, a CMB procede à avaliação da revisão da vida útil dos seus ativos. A Amortização total calculada segundo a vida útil econômica foi de R\$ 50.089 mil.

O valor total da amortização apurada no exercício de 2023, utilizando-se o método das cotas constantes e de acordo com a sua vida útil econômica, foi de R\$ 1.300 mil, todo ele referente a despesas administrativas.

(b) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Intangível (Impairment)

Para avaliação da recuperabilidade de seus Ativos Intangíveis, a CMB utilizou os mesmos métodos já explicitados no item 11.1, alínea (b).

NOTA 12 – CONTAS A PAGAR

12.1 –FORNECEDORES

A tabela abaixo segrega o valor de fornecedores:

FORNECEDORES	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
NACIONAIS (a)	56.467	108.665
EXTERIOR (b)	53.963	76.926
TOTAL	110.430	185.591

(a) Nacionais

FORNECEDORES NACIONAIS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
Sicpa Brasil Industria de Tintas e Sistemas LTDA	–	65.751
Blendpaper Security Papeis Especiais S.A / Fedrigoni Brasil Papéis LTDA	35.160	30.267
Três-S - Ferramentas de Precisão	7.956	–
Caberj Integral Saúde SA	3.337	3.068
Outros Fornecedores	10.014	9.579
TOTAL	56.467	108.665

Nesta rubrica são registrados todos os valores a pagar relativos à contratação de serviços, compras de insumos, entre outros, cujos prazos para pagamento são variáveis.

O montante registrado para a empresa Sicpa do Brasil Indústria de Tintas e Sistemas LTDA. refere-se a uma nota fiscal relativa às leituras do sistema de controle de cigarros emitida em 2019 e que é objeto de disputa judicial. Em dezembro de 2023, foi firmado Termo de Acordo, conforme o processo SEI 18750.114676/2023-67, onde dava encerramento do assunto, de forma judicial e administrativo, entre a SICPA e a CMB.

Os outros dois maiores valores se referem à empresa Três-S - Ferramentas de Precisão, no montante de R\$ 7.956 mil, fornecedora de discos de aço; e à empresa Caberj Integral Saúde, R\$ 3.337 mil, pela prestação de serviço de assistência médica aos empregados.

(b) Exterior

FORNECEDORES EXTERIOR	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
Ruhlamat GmbH	14.977	–
HID Global CID SAS	8.506	56.237
Leonhard Kurz Stiftung & Co. Kg.	9.476	4.059
KBA Notasys	4.718	3.732
IAI industrial systems B.V.	4.159	83
GURT, LLC	3.692	–
SURYS	3.050	4.089
Outros Fornecedores	5.385	8.726
TOTAL	53.963	76.926

Nesta rubrica são registrados principalmente insumos adquiridos no exterior para a confecção de passaportes e a impressão de meio circulante. A redução no saldo da conta refere-se, principalmente, à redução de R\$ 47.731 mil da empresa HID Global CID SAS, após a conciliação

financeira dos títulos em aberto; R\$ 1.039 mil de laminados de segurança pela empresa SURYS; concomitante ao aumento de R\$ 14.977 mil da empresa Ruhlamat GmbH, fornecedora de máquinas; R\$ 5.417 mil da Leonhard Kurz Stiftung & Co. Kg., referente a banda holográfica; R\$ 4.076 mil da IAI Industrial Systems B.V., fornecedora de equipamentos; R\$ 3.692 mil da GURT, pelo fornecimento de discos para moedas metálicas; e R\$ 985 mil da KBA Notasys, responsável pelo fornecimento de peças e prestação de serviços de *health check*.

12.2 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Apresenta-se, a seguir, a consolidação dos saldos de “Outras Obrigações”.

OUTRAS OBRIGAÇÕES	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
OUTRAS OBRIGAÇÕES - PDV – PC	391	739
PASSIVO ATUARIAL – PLANOS PREVIDENCIÁRIOS - PC	5.327	-
OUTRAS CONTAS A PAGAR – PC	32.806	2.408
DEPÓSITOS E CAUÇÕES EM GARANTIA – PC	4.510	1.838
OUTRAS CONTAS A PAGAR – PNC	-	889
TOTAL	43.034	5.874

OUTRAS OBRIGAÇÕES	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante	43.034	4.985
Passivo Não Circulante	-	889
TOTAL	43.034	5.874

A rubrica Outras Obrigações – PDV, no Passivo Circulante, contempla o valor presente atuarial, conforme seu respectivo cálculo atuarial, conforme explicitado na Nota 25, das parcelas do PDV referente ao plano de saúde dos empregados que aderiram ao PDV-2017, PDV-2019 e PDV-2022, enquanto a redução da rubrica Outras Contas a Pagar, no Passivo Não Circulante, se deve à transferência para o circulante das parcelas vincendas no exercício.

A rubrica Passivo Atuarial – Planos Previdenciários, no Passivo Circulante, contempla o valor presente atuarial do plano PBDC, conforme seu respectivo cálculo atuarial, conforme explicitado na Nota 25.

O aumento de R\$ 30.398 mil na rubrica “Outras Contas a Pagar - PC” se deve, principalmente, à valores a serem repassados ao BACEN oriundo da venda de sucata de cuproníquel, conforme processo SEI nº 18750.000455/2014-11.

O incremento de R\$ 2.672 mil na rubrica “Depósitos e Cauções em Garantia – PC” é, principalmente, resultado do pagamento de garantia contratual conforme estipulado no termo de contrato junto a empresa GURT LLC.

NOTA 13 – EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

(a) Exigibilidade com pessoal e encargos sociais

EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
PESSOAL A PAGAR	176	97
INSS A RECOLHER	9.746	8.070
FGTS A RECOLHER	3.652	2.974
IRRF - EMPREGADOS	9.996	8.420
SESI E SENAI A RECOLHER	845	692
TOTAL	24.415	20.253

O valor de R\$ 24.415 mil corresponde à exigibilidade da CMB com pessoal e seus encargos.

A variação de R\$ 4.162 mil se refere, principalmente, à INSS a Recolher e IRRF de empregados sobre 13º salário e férias, ambos devido, principalmente, ao Acordo Coletivo de Trabalho de 2023.

(b) Férias, 13º Salário e Encargos Sociais

FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
FÉRIAS E 13º SALÁRIO A PAGAR	39.429	33.847
ENCARGOS SOCIAIS	14.961	12.818
TOTAL	54.390	46.665

As Provisões para Férias, 13º Salário e Encargos Sociais, no valor de R\$ 54.390 mil, foram apuradas pelo Departamento de Gestão de Pessoas - DEGEP com base no número de dias que cada empregado tem direito, valorada à remuneração mensal da data do Balanço. A principal variação está relacionada ao Acordo Coletivo de Trabalho de 2023.

NOTA 14 – DIVIDENDOS A PAGAR, REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL DOS DIRIGENTES E PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO

(a) Dividendos a pagar à UNIÃO

DIVIDENDOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
DIVIDENDOS A PAGAR	48.102	5.546
TOTAL	48.102	5.546

A apresentação da proposta de retenção da destinação de Dividendos à União, relativos ao exercício de 2023, atende às disposições disciplinadas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei 6.404/76 e suas alterações. A variação decorre do reconhecimento dos dividendos a serem distribuídos sobre o resultado de 2023, concomitante com a liquidação dos dividendos declarados em períodos anteriores.

(b) Remuneração Variável Anual dos Dirigentes

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL DOS DIRIGENTES	880	823
TOTAL	880	823

Seguindo orientação da SEST, a Diretoria Executiva aprovou o Programa de Remuneração Variável Anual - RVA de Dirigentes da CMB para o exercício de 2023 e deu ciência ao Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil – CMB em 17/12/2021. A variação se deve à constituição da parcela de 2023.

(c) Participações dos Empregados no Lucro

PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO	13.920	6.857
TOTAL	13.920	6.857

Os valores foram apurados em observância à Resolução CCE nº 10, de 30/05/1995, em seu artigo 2º, parágrafo único.

Do montante de R\$ 13.920 mil, a parcela de R\$ 12.025 mil refere-se à participação dos empregados no lucro de 2023. O saldo restante é composto pelas parcelas residuais relativas aos exercícios de 2022, 2021, 2016 e 2015.

NOTA 15 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
INSS - FORNECEDORES DE SERVIÇOS - PC (a)	177	123
TRIBUTOS FEDERAIS RET POR ÓRGÃOS PÚBLICOS - PC (b)	6.716	2.233
ICMS A RECOLHER - PC (c)	1.070	1.054
ICMS A RECOLHER - PNC (c)	9.589	9.034
IPI A RECOLHER - PC (d)	926	926
IPI A RECOLHER - PNC (d)	5.830	5.492
ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA A RECOLHER - PC (e)	47	157
ISS RETIDO DE TERCEIROS - PC (f)	16	15
ISS SOBRE MOVIMENTO ECONÔMICO - PC (f)	1.779	1.814
COFINS A RECOLHER - PC (g)	1.714	1.714
PASEP A RECOLHER - PC (g)	373	373
IMPOSTO IMPORTAÇÃO A RECOLHER - PC (h)	3.154	3.154
TOTAL	31.391	26.089
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante	15.972	11.563
Passivo Não Circulante	15.419	14.526
TOTAL	31.391	26.089

(a) INSS - Fornecedores de Serviços

A rubrica apresenta os valores retidos de INSS sobre a prestação de Serviços, conforme Instrução Normativa RFB n.º 971/2009, em seu art.112, que cita que a empresa contratante de serviços prestados mediante cessão de mão de obra ou empreitada, inclusive em regime de trabalho temporário, a partir da competência fevereiro de 1999, deverá reter 11% do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços e recolher à Previdência Social a importância retida.

(b) Tributos Federais Retidos por Órgão Público

A rubrica apresenta os valores retidos segundo o art. 2º da Instrução Normativa da RFB 1.234/2012, determinando que ficam obrigadas as empresas públicas a efetuar as retenções na fonte do Imposto sobre a Renda (IR), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

(c) ICMS a Recolher

O saldo de R\$ 1.070 mil do Passivo Circulante se refere aos valores apurados em razão dos efeitos da MP 902/2019 e depositados judicialmente. Já o saldo de R\$ 9.589 mil corresponde à constituição de passivo tributário atualizado por multa e juros até a data do balanço.

(d) IPI a Recolher

O saldo de R\$ 926 mil do Passivo Circulante se refere aos efeitos dos valores apurados em razão dos efeitos da MP 902/2019 e depositados judicialmente. Já o saldo de R\$ 5.830 mil corresponde à constituição de passivo tributário atualizado por multa e juros até a data do balanço.

(e) ICMS – Diferencial de Alíquota a Recolher

A rubrica apresenta os valores apurados de ICMS – DIFAL regidos pelo Decreto 27.427/2000 – RICMSRJ, Emenda Constitucional 87/15 e convênios. Os valores se referem à aquisição de bens de consumo que não permitem o aproveitamento de créditos.

(f) ISS Retido de Terceiros e ISS sobre Movimento Econômico

A rubrica apresenta os valores retidos de ISS de Terceiros conforme art. 1º da Lei Complementar nº 116/2003. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador, além do Decreto Lei nº 28.248/2007 e da Resolução 3072/2019 do Município do Rio de Janeiro.

O valor de R\$ 1.779 mil de ISS sobre Movimento Econômico foi apurado nos termos da Lei Complementar nº116/2003. Destaca-se que do valor, R\$ 1.767 mil está depositado judicialmente em processo que debate os efeitos da MP 902/2019.

(g) COFINS e PASEP a Recolher

A rubrica apresenta os valores a recolher apurados conforme artigo 3º, II da Lei nº 10.833/2003 e artigo nº 172 § 1º, II da IN RFB nº 1.911/2019. Cabe ressaltar que os saldos de R\$ 1.714 mil e R\$ 373 mil de COFINS e PIS, respectivamente, foram depositados judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019.

(h) Imposto de Importação a Recolher

A rubrica apresenta os valores a recolher apurados conforme Decreto-Lei nº 37/1966 que regulamenta o imposto de importação que tem como fato gerador a entrada de mercadorias estrangeiras no território nacional. Cabe ressaltar que o saldo de R\$ 3.154 mil foi depositado judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do Exercício antes dos Impostos e Contribuições	202.536	23.352
Alíquota Normal	34,00%	34,00%
Despesa Esperada à Taxa Nominal	68.862	7.940
Adições / Exclusões	31/12/2023	31/12/2022
Provisão/Reversão Teste de <i>Impairment</i>	0	(2.720)
Provisões/Reversões p/Contingências Passivas	(12.119)	233.617
Provisões/Reversões p/Créditos de Liquidação Duvidosa	13.453	(10.878)
Provisões/Reversões p/Perda de Investimento	4	(5)
Provisões/Reversões p/Empregado Cedidos	(4)	759
Participação do Lucro Diretoria	448	411
Provisões/Reversões p/Contingências Ativas	(21.929)	(18.990)
Parcela Lucro Contratos Pessoa Jurídica Dir. Público	12.859	(15.248)
Dividendos Recebidos	(8)	(237)
Exclusão Parcela referente Vendas Monopolizadas	(462.390)	(225.667)
Acordo de Leniência	(76.009)	(54.173)
Juros do Tesouro Nacional - NTN	(166)	151
Depreciação Fiscal maior que Depreciação Econômica	(215)	(20.452)
Multas não Dedutíveis	4	35
Provisão Estimada p/ Crédito de Impostos	24.794	27.152
Provisão/Reversão Estimada p/ Perda de Estoques	3.644	(1.425)
Provisão/Reversão de Passivos de ICMS/IPI	893	850
Auxílio Moradia	57	21
TOTAL DAS ADIÇÕES/EXCLUSÕES	(516.684)	(86.799)
BASE DE CÁLCULO LALUR	(314.148)	(63.447)

Imposto de Renda e Contribuição Social	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda	0,00	0,00
Contribuição Social	0,00	0,00
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%

No encerramento de 2023, não foram provisionados os valores de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em decorrência do prejuízo fiscal apurado após as adições e exclusões legais, principalmente em função da exclusão das receitas monopolizadas da base de cálculo do IRPJ, a qual possui especial previsão legal no art. 2º, § 2º da Lei nº 6.264, de 18 de novembro de 1975, que só se aplica as estatais.

NOTA 17 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

CLIENTES	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
SRF - PORTARIA 480 (a)	14.963	52.951
SRF - SELO FÍSICO (b)	-	4.510
EXPORTAÇÕES (c)	5.979	411
FEDRIGONI BRASIL PAPÉIS LTDA. (d)	-	6.025
DIVERSOS CLIENTES (e)	1.569	5.245
Adiantamento de Clientes - PC	22.511	69.142
SRF - PORTARIA 480 (a)	15.243	-
SRF - SELO FÍSICO (b)	4.510	-
EXPORTAÇÕES (c)	15.077	-
FEDRIGONI BRASIL PAPÉIS LTDA. (d)	6.025	-
Adiantamento de Clientes - PNC	40.855	-
SUBTOTAL (PC + PNC)	63.366	69.142

(a) SRF - Portaria 480

A Portaria 480 disciplina sobre os procedimentos, para execução e destinação da receita decorrente das operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais, e a segregação dos percentuais ainda retidos de Desvinculação da Receita da União (DRU) na ordem de 30% dos valores arrecadados.

O saldo de R\$ 14.963 mil do Passivo Circulante se refere, principalmente, a valores recebidos referente ao 3º trimestre de 2023, em fase de conciliação.

A redução do Passivo Circulante, de R\$ 37.988 mil, se deve à transferência de R\$ 15.243 mil para conta do Não Circulante e a redução devido a conciliação dos recebimentos oriundos do período de julho de 2022 a maio de 2023.

(b) SRF – SELOS FÍSICOS

O valor de R\$ 4.510 mil, transferidos para o Passivo Não Circulante, refere-se ao recebimento dos SELOS FÍSICOS pendentes de conciliação.

(c) EXPORTAÇÕES

O valor de R\$ 5.979 mil refere-se ao adiantamento de clientes para produção de impressos de segurança e a variação de R\$ 15.077 mil se deve à transferência para conta do Não Circulante.

(d) Fedrigoni Brasil Papéis LTDA.

O valor de R\$ 6.025 mil, transferidos para o Passivo Não Circulante, refere-se ao adiantamento realizado pela empresa Fedrigoni Brasil Papéis, referente ao contrato de prestação de serviços de impressão, numeração, corte, acabamento e embalagem de cédulas na denominação de Bs 2000 (Bolívares) e Bs 20 (Bolívares), para atender o Banco Central da República Bolivariana da Venezuela.

(e) Diversos Clientes

O valor de R\$ 1.569 mil refere-se basicamente a recebimentos do Clube da Medalha pendentes de conciliação. A variação se deve, principalmente, pela conciliação dos valores pendentes.

NOTA 18 – PROVISÃO PARA CUSTOS/RESULTADOS SOBRE SERVIÇOS A FATURAR

PROV PARA CUSTOS/RESULTADOS S/SERV A FATURAR	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
SICOBÉ - CUSTOS - PNC (a)	119.688	119.688
ENVASADORES - CUSTOS - PNC (b)	18.118	18.118
SCORPIOS - CUSTOS - PNC (c)	45.500	45.500
PARCERIA PHAROS - CUSTOS - PC (d)	48.925	48.399
PARCERIA PHAROS - CUSTOS - PNC (d)	-	58.914
PARCERIA PHAROS - RESULTADO - PC (e)	19.668	22.625
TOTAL	251.899	313.244
PROV PARA CUSTOS/RESULTADOS S/SERV A FATURAR	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante	68.593	71.024
Passivo Não Circulante	183.306	242.220
TOTAL	251.899	313.244

(a) Sicobe - Custos

A rubrica apresenta os custos provenientes do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de bebidas - Sicobe. Salienta-se que, em atenção aos termos contratuais, os valores não repassados decorrem do inadimplemento dos envasadores.

(b) Envasadores - Custos

A rubrica apresenta os custos provenientes do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção bebidas – Sicobe no período em que a CMB passou a faturar diretamente aos Envasadores de bebidas (setembro de 2013 a dezembro de 2014). Tal como no caso precedente,

em atenção aos termos contratuais, os valores não repassados decorrem do inadimplemento dos Envasadores.

(c) Scorpions - Custos

A rubrica apresenta os custos provenientes do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de cigarros - Scorpions. Tal como na operação do Sicobe, em atenção aos termos contratuais, os valores não repassados decorrem do inadimplemento dos envasadores.

(d) Parceria Pharos - Custos

A rubrica refere-se aos montantes a serem reembolsados à parceira. A rubrica no Passivo Circulante é composta pela provisão de custo referente ao exercício de 2023 reduzido das parcelas de custo reembolsados neste exercício.

A rubrica presente no Passivo não Circulante não apresenta saldo devido ao pagamento integral dos custos incorridos nos exercícios anteriores a 2023.

Adicionalmente, cabe destacar que o provisionamento tem por base o limite máximo de ressarcimento à parceira, conforme estipulado na Matriz de Custo Pré-Aprovada – MCPA vinculada ao contrato de parceria.

(e) Parceria Pharos – Resultado

A rubrica refere-se à parcela estimada dos resultados da parceria. O saldo de R\$ 19.668 mil, do Passivo Circulante, corresponde à estimativa de resultados de junho a dezembro de 2023, considerando as receitas previstas e os custos estipulados na MCPA.

NOTA 19 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

19.1 – PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS - PROVÁVEIS

As provisões para condenações trabalhistas, cíveis e tributárias foram constituídas conforme avaliação do Departamento Jurídico da CMB que indicou, na data do balanço, a expectativa de desembolso considerando as diretrizes do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e normativo interno, conforme a seguir:

PASSIVOS PROVÁVEIS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
TRABALHISTAS	183.465	155.299
CÍVEIS	80.303	121.704
TRIBUTÁRIAS	9.861	8.745
TOTAL	273.629	285.748

As variações se referem, principalmente, à atualização dos valores ora constituídos.

Tratando das causas trabalhistas, a variação na provisão decorre de novas ações em fase de execução na justiça federal para as quais foram efetuadas estimativas confiáveis das obrigações, bem como ações envolvendo promoção de empregados e horas extras.

Nos processos cíveis, a redução se deve, principalmente, ao Termo de Acordo celebrado com o prestador de serviços de rastreabilidade até 2018, referente a processos envolvendo as repercussões da atualização de sistemas. Dessa forma, o saldo decorre de processos envolvendo as repercussões da DRU e do fornecedor do plano de saúde dos empregados em discussões envolvendo o índice de sinistralidade.

Por fim, nas lides tributárias, a provisão decorre da atualização monetária de condenação ao pagamento de ISS ao município do Rio de Janeiro sobre a receita da produção de bilhetes magnetizados.

19.2 – PASSIVOS CONTINGENTES

O saldo dos Passivos Contingentes Possíveis é composto por processos em que a avaliação do Departamento Jurídico indica que a probabilidade de perda inferior à provável e superior à remota, dispensando a constituição de provisão, e por processos que não possuem elementos seguros que permitam concluir o seu resultado.

CONTINGENTES POSSÍVEIS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
TRABALHISTAS	261.879	246.924
CÍVEIS	1.250	1.250
TRIBUTÁRIAS	303.002	280.151
TOTAL	566.131	528.325

Tratando das causas trabalhistas, a variação do saldo decorre da atualização da ação de reintegração de 212 empregados desligados em 2018 e a reclassificação para provável de ações em fase de execução.

Nos processos cíveis, o saldo se refere a ações de atualização do sistema de rastreabilidade pelo prestador de serviços contratado até 2018 e as discussões envolvendo o índice de sinistralidade do plano de saúde dos empregados.

Por fim, nas lides tributárias, o montante indicado no quadro acima, envolve a possibilidade de pagamento de ISS para o município do Rio de Janeiro sobre atividades de prestação de serviços que não envolvam os serviços públicos delegados, uma vez que estes não estão protegidos pela imunidade tributária recíproca. No entanto, mesmo para essas atividades, ainda há discussão que remonta a 2002, e demanda a individualização da base de cálculo dos serviços não exclusivos prestados pela CMB por exercício, e de outros que, por diversas razões jurídicas ainda não resolvidas em definitivo no Judiciário, poderá afastar a incidência de ISS, sendo certo que hoje, não há informações seguras que permitam estimar a condenação de forma confiável, utilizando-se como parâmetro o valor da causa atualizado.

NOTA 20 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Apresenta-se, a seguir, a consolidação dos saldos de “Depósitos Judiciais e Recursais”, com sua respectiva segregação.

CRÉDITOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
RECURSAL - TRABALHISTA (a)	17.159	17.425
RECURSAL - EMBARGOS (b)	41.033	30.854
JUDICIAL - CÍVEL (c)	18.041	18.057
JUDICIAL - TRIBUTÁRIOS (d)	7.934	8.991
TOTAL	84.167	75.327

(a) Depósito Recursal - Trabalhista

O saldo de R\$ 17.159 mil refere-se a depósitos recursais efetuados pela CMB, visando viabilizar recursos impetrados.

(b) Depósito Recursal - Embargos

O saldo de R\$ 41.033 mil refere-se a valores correspondentes à integralidade da condenação da CMB em ações trabalhistas a fim de viabilizar apresentação de recurso de embargos à execução.

(c) Depósito Judicial - Cível

O saldo de R\$ 18.041 mil refere-se aos montantes depositados em juízo decorrentes de recursos impetrados junto às instâncias superiores da esfera cível.

(d) Depósito Judicial - Tributário

O saldo de R\$ 7.934 mil refere-se a tributos recolhidos judicialmente até que sejam regulamentados os efeitos da MP 902/2019.

A Casa da Moeda do Brasil - CMB ajuizou ação em face do Estado do RJ, processo 5013693-93.2020.4.02.5101 (7ª VFRJ), com pedido de declaração de inexistência de relação jurídico-tributária em relação aos tributos estaduais incidentes nas suas atividades-fim, especialmente o ICMS sobre selos fiscais no período de vigência da MP 902/2019.

No aludido processo, o Juízo da 7ª VFRJ reconheceu a sua incompetência absoluta para processar e julgar a causa em favor do STF, sendo o processo remetido para o mencionado Tribunal, e distribuído para a 1ª Turma, sob a nomenclatura de ação civil originária – ACO nº 3536. Em agosto de 2022 foi proferido acórdão julgando procedente o pedido da CMB, no sentido de reconhecer a inexistência de relação jurídico-tributária para a impressão e o fornecimento de selos fiscais federais durante o período de vigência da Medida Provisória nº 902/2019; em setembro de 2022 houve o trânsito em julgado; e em 2023, o estado do Rio de Janeiro restituiu o ICMS depositado judicialmente.

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A destinação do resultado do exercício realizou-se em conformidade com a Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 08 (R1).

A Diretoria Executiva, em observância ao disposto no Inciso VIII do art. 12 do Estatuto Social da Casa da Moeda do Brasil, encaminhou proposta de destinação do Resultado do Exercício, nos seguintes termos:

DESTINAÇÃO DO RESULTADO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
LUCO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	202.536	23.352
RESERVA LEGAL CONSTITUÍDA	10.127	1.168
BASE DE CÁLCULO PARA OS DIVIDENDOS	192.409	22.184
DIVIDENDOS A PAGAR	48.102	5.546
LUCROS A DISPOSIÇÃO DA AGO	144.307	16.638

21.2 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
CAPITAL SOCIAL	1.360.678	1.360.678
RESERVA LEGAL	31.382	21.256
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	230.249	230.249
LUCROS A DISPOSIÇÃO DA AGO	144.307	-
DÉFICIT ATUARIAL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	(17.716)	19.201
TOTAL	1.748.900	1.631.384

A variação de R\$ 10.127 mil na Reserva Legal e R\$ 144.307 mil no Lucros a Disposição da AGO, se referem a constituição do período, conforme explicitado na NOTA “21.1 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO”. No que tange ao Déficit Atuarial de Previdência Privada, há variação de R\$ 36.917 mil conforme detalhamento na NOTA 25 – BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO.

NOTA 22 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

22.1 - RECEITA LÍQUIDA

COMPOSIÇÃO DA RECEITA	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
PRODUTOS - MERCADO INTERNO (a)	760.375	710.786
PRODUTOS - MERCADO EXTERNO (b)	175.431	188.161
SERVIÇOS - MERCADO INTERNO (c)	288.392	303.647
SERVIÇOS A FATURAR (d)	157.334	144.946
OUTRAS VENDAS (e)	172	183
FATURAMENTO BRUTO	1.381.704	1.347.723
(-) DEDUÇÕES SOBRE AS VENDAS (f)	(13.104)	(9.988)
RECEITA LÍQUIDA	1.368.600	1.337.735

(a) Produtos - Mercado Interno

Nesta rubrica são apresentados, basicamente, os valores relativos à venda de cédulas, moedas, medalhas e selos postais e fiscais para o mercado nacional. O incremento de R\$ 49.589 mil tem, como principais fundamentos, o aumento da venda de produtos de exclusividade, que englobam o meio circulante.

(b) Produtos - Mercado Externo

Nesta rubrica são apresentados os faturamentos de cédulas para o exterior. A redução de R\$ 12.730 mil refere-se à diminuição do volume de exportação no exercício.

(c) Serviços - Mercado Interno

Nesta rubrica são apresentados valores de serviços de emissão de passaportes, impressão de carteiras profissionais, diplomas e serviços de custódias de metais e leitura de selos fiscais. A redução de R\$ 15.255 mil refere-se, principalmente, a ausência de faturamento de R\$ 16.892 mil, referente a lacres de urnas do sistema eleitoral, concomitante com o aumento de R\$ 2.810 mil no serviço de leitura dos selos físicos.

(d) Serviços a Faturar

Nesta rubrica são apresentados os valores de leituras dos serviços de rastreabilidade do sistema SCORPIOS, o qual registrou um aumento de R\$ 12.388 mil.

(e) Outras Vendas

Nesta rubrica são apresentadas outras receitas de materiais inservíveis, sucatas etc.

(f) Deduções Sobre as Vendas

Nesta rubrica são apresentados os valores de tributos incidentes sobre vendas e outras deduções sobre as vendas. A variação de R\$ 3.116 mil refere-se, principalmente, a notas fiscais de devolução de exportação em decorrência de problemas no embarque das mercadorias.

22.2 – CUSTO DE PRODUÇÃO

CUSTOS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	907.095	864.832
TOTAL	907.095	864.832

Nesta rubrica são apresentados os custos decorrentes da fabricação de produtos vendidos e serviços prestados no período.

O aumento percentual dos custos proporcional à receita decorre, principalmente, do incremento no faturamento relacionados aos produtos moedas, o qual possui um custo elevado, concomitante com o aumento de horas-extras durante o exercício.

22.3 – DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
PESSOAL (a)	262.223	241.092
MATERIAIS (b)	13.690	17.393
SERVIÇOS (c)	44.541	47.106
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (d)	6.155	9.265
DESPESAS TRIBUTÁRIAS (e)	26.860	30.342
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) (f)	12.710	218.160
TOTAL	366.179	563.358

(a) Pessoal

A variação líquida de R\$ 21.131 mil refere-se, principalmente, ao aumento bruto em Salários e Encargos por conta do Acordo Coletivo de Trabalho de 2023, sendo R\$ 14.427 mil com Salários; R\$ 10.039 mil com horas extras; R\$ 15.205 mil com INSS e FGTS; R\$ 10.639 mil com Participação dos Empregados no Lucro; R\$ 8.150 mil com Férias e Abono; R\$ 5.284 mil com Anuênio e Quinquênio; R\$ 3.538 mil com Sentenças Judiciais; R\$ 3.052 mil com Adicionais; R\$ 2.305 mil com Provisões de Férias, 13º Salário e Encargos; R\$ 633 mil com honorários da Diretoria; e R\$ 43 mil com Outras Despesas com Pessoal; concomitante com a redução de R\$ 5.030 mil com Assistência Médica e Odontológica. Dessa variação, houve aumento de R\$ 47.154 mil de apropriação da Despesa ao Custo.

(b) Materiais

A variação líquida de R\$ 3.703 mil refere-se, principalmente, à redução bruta de R\$ 5.889 mil com Manutenção de Bens Móveis; R\$ 2.369 mil com Consumos da Produção; R\$ 169 mil com Outras Despesas com Materiais; concomitante com o aumento de R\$ 1.236 mil com Equipamentos Elétricos e Mecânicos; aliado à redução de R\$ 3.488 mil com apropriação de Despesa ao Custo.

(c) Serviços

A variação líquida de R\$ 2.565 mil refere-se, principalmente, à redução bruta de R\$ 4.183 mil de Energia Elétrica e Água; R\$ 2.105 mil de Honorários Advocatícios; concomitante com o aumento de R\$ 2.899 mil de Manutenção de Móveis e Equipamentos; R\$ 2.253 mil de Passagens e Hospedagens Nacionais e Internacionais; R\$ 1.141 mil de Manutenção de Bens Imóveis; R\$ 869 mil com Aluguéis; R\$ 573 mil de Consultorias e Assessoria Especializadas; e R\$ 216 mil de Outras Despesas com Serviços. Dessa variação, houve aumento de R\$ 4.227 mil de apropriação de Despesa ao Custo.

(d) Depreciação e Amortização

A variação líquida de R\$ 3.110 mil refere-se, principalmente, à redução total de R\$ 2.250 mil de Máquinas e Equipamentos; R\$ 1.687 mil de Computadores e Periféricos; R\$ 933 mil de

amortização de Software; R\$ 236 mil de Móveis e Utensílios; R\$ 8 mil de Veículos. Dessa variação, houve redução de R\$ 2.004 mil de apropriação de Despesa ao Custo.

(e) Despesas Tributárias

A variação líquida de R\$ 3.482 mil refere-se, principalmente, a redução de R\$ 2.359 mil de Perdas Estimadas em Créditos Tributários sobre insumos, conforme explicitado na Nota 7 - Impostos e Contribuições a Recuperar/Compensar (c). Devido à impossibilidade sistêmica de rastreamento dos créditos em toda a cadeia produtiva, embora o reconhecimento de tais perdas tenha relação direta com o custo de produção, o valor foi totalmente reconhecido em despesas tributárias do período.

(f) Outras Despesas (Receitas)

A variação líquida de R\$ 205.450 mil, conforme quadro a seguir, refere-se, principalmente:

(i) Nas Despesas, a redução de R\$ 221.035 mil com provisões trabalhistas, cíveis e tributárias; R\$ 4.317 mil com despesas comerciais; R\$ 2.405 mil com indenizações de PDV; R\$ 2.159 mil com provisão de perda com estoques; concomitante com o aumento de R\$ 24.326 mil com perda estimada com crédito de liquidação duvidosa;

(ii) Nas Receitas, a redução de R\$ 2.721 mil com reversão de *impairment*; concomitante com o aumento de R\$ 2.939 mil com crédito decorrente de ações judiciais e R\$ 359 mil com outras receitas.

OUTRAS DESPESAS (RECEITAS)	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
DESPESAS COMERCIAIS	8.733	13.050
INDENIZACOES PROG. DEMISSAO VOLUNTARIA (PDV)	-	2.405
PROVISÕES TRABALHISTAS, CIVEIS E TRIBUTÁRIAS	12.582	233.617
CONSTITUIÇÃO / (REVERSÃO) - PECLD	13.448	(10.878)
PROVISÃO E PERDA COM ESTOQUE	3.643	5.802
PROVISÃO / (REVERSÃO) COM <i>IMPAIRMENT</i>	-	(2.721)
CRÉDITO DECORRENTE DE AÇÕES JUDICIAIS	(21.929)	(18.990)
OUTRAS DESPESAS / (RECEITAS)	(3.766)	(4.125)
TOTAL	12.711	218.160
VARIAÇÃO LÍQUIDA		205.449

22.4 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2022	31/12/2022
RECEITAS FINANCEIRAS	185.161	156.812
DESPESAS FINANCEIRAS	(77.951)	(43.005)
TOTAL	107.210	113.807

Nesta rubrica são apresentadas as receitas e as despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da CMB, como rendimentos de aplicações financeiras, juros, atualizações monetárias SELIC e atualizações cambiais.

A variação de R\$ 6.597 mil refere-se, basicamente, ao aumento de R\$ 47.450 mil em atualizações financeiras, devido ao pagamento do Termo de Acordo extrajudicial, conforme explicitado na Nota 12 – CONTAS A PAGAR; R\$ 19.219 mil de receitas do Rendimento de Aplicação Financeira, R\$ 21.836 mil da contabilização da atualização monetária do Acordo de Leniência; à redução de despesas de R\$ 6.050 mil com atualização de Dividendos da União, R\$ 354 mil com Outras variações monetárias.

NOTA 23 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os fatos registrados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido resumem-se às disposições disciplinadas pela Resolução CGPAR/ME nº 32/2022 e ao cumprimento das previsões da lei nº 6.404/1976 envolvendo a constituição da Reserva Legal (Art. 193), a destinação de parte do Lucro como Dividendos (Art. 202) e constituição do Lucro à Disposição da AGO, no encerramento do exercício de 2023. No exercício de 2023 houve a variação de R\$ 117.517 mil, conforme detalhado na Nota 25 – BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO e Nota 21.2 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

NOTA 24 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Casa da Moeda do Brasil mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós emprego.

(a) Benefícios de curto prazo

O reconhecimento e a mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original, com base no regime de competência mensal.

A CMB oferta aos seus empregados, dentre outros, os seguintes benefícios classificados como curto prazo: 13º (décimo-terceiro) salário, férias e assistência médico-odontológica.

As provisões dos benefícios de curto prazo serão integralmente liquidadas em até 12 (doze) meses após o período a que se referem as Demonstrações Financeiras.

Os benefícios de curto prazo encontram-se demonstrados na Nota 22 – Demonstração do Resultado Do Exercício e na Nota 29 – Principais Transações com Partes Relacionadas.

(b) Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de benefícios previdenciários no âmbito da previdência complementar fechada, classificados na categoria de “benefício definido (BD)” e de “contribuição variável (CV)” e ao “Programa de Desligamento Voluntário (PDV)”. O reconhecimento destes benefícios se dá na forma disposta no Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Os benefícios pós-emprego são objeto da NOTA 25 – BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO.

A CMB disponibiliza plano de saúde a favor de seus empregados. Dito plano funciona na modalidade de pré-pagamento e de cobrança de valor por faixas etárias. Ressalte-se que mencionado benefício não caracteriza risco de subsídio indireto da empresa aos funcionários inativos posto que, para fins de precificação, no valor mensal, por faixa etária, não são incluídos os inativos. Por essa razão, o plano foi excluído da avaliação de benefícios pós-emprego.

Para a estimativa das obrigações com benefícios pós-emprego a empregados, a CMB conta com o auxílio de atuários independentes. Conforme trabalhos executados por esses consultores, as obrigações relativas aos benefícios acima mencionados encontram-se assim representadas no Balanço Patrimonial:

PASSIVO ATUARIAL LÍQUIDO - CONSOLIDADO	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
PBDC	5.327	-
MOEDAPREV	-	-
PDV	-	1.628
SUBTOTAL PASSIVO CIRCULANTE	5.327	1.628
PBDC	71.179	37.301
MOEDAPREV	-	2.197
PDV	391	-
SUBTOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	71.570	39.498
TOTAL	76.897	41.126

NOTA 25 – BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

São apresentados a seguir os benefícios pós-emprego ofertados pela CMB a seus empregados na forma disposta no Pronunciamento CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados.

(a) Previdência Complementar

A Casa da Moeda do Brasil é patrocinadora de dois planos de benefícios previdenciários, administrados por Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), a Cifirão - Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil, abreviadamente CIFRÃO, reportada também como Fundo de Pensão, a qual se encontra submetida à legislação específica (Leis Complementares nº 108/2001 e nº 109/2001), admitido constitucionalmente como complementar ao do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Em observância à legislação, os recursos dos fundos de pensão são constituídos por contribuições de empregados e empregadores, sob regime de capitalização, com regulamentação própria, geridos de forma independente através de entidades de finalidade específica criadas pelas empresas.

A CMB aderiu ao Plano de Benefício Definido CIFRÃO, abreviadamente PBDC, instituído pela CIFRÃO, cuja principal característica é a de oferecer benefício suplementar ao oferecido do RGPS visando à preservação de uma renda de inatividade similar ao nível das últimas remunerações dos empregados. Esse plano encontra-se fechado para novas adesões desde 27/01/2011.

Em função de déficit atuarial, e na forma prevista pela Resolução CNPC nº 30/2018, o PBDC conta, presentemente, com dois planos de equacionamento de déficit, o primeiro em relação ao déficit apresentado ao final do exercício de 2020 e o outro com respeito ao déficit apresentado ao final do exercício de 2021. Para esses planos de equacionamento estão previstas contribuições extraordinárias, de assistidos e patrocinadoras, nos percentuais demonstrados adiante. As contribuições extraordinárias do Plano de Equacionamento de Déficit de 2021 estão sendo pagas somente pelos assistidos, pois o plano se encontra sob análise da Secretaria de Coordenação das Estatais (SEST), devendo o início do pagamento das contribuições extraordinárias da patrocinadora ter início somente após a aprovação pela SEST.

PLANO PBDC - PLANOS DE EQUACIONAMENTOS DE DÉFICIT	CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE OS BENEFÍCIOS	VIGÊNCIA
PLANO DE EQUACIONAMENTO DE 2020	18,1000%	ABRIL/2021
PLANO DE EQUACIONAMENTO DE 2021	4,1527%	ABRIL/2023

Em 02 de setembro de 2010, como consequência das disposições das Leis Complementares nº 108 e 109/2001, a Casa da Moeda do Brasil instituiu um novo plano de previdência complementar, denominado MoedaPrev, na modalidade de contribuição variável (CV), reunindo características de benefício definido (BD) e de contribuição definida (CD).

O plano prevê benefícios programados, a partir do saldo acumulado de contribuições aportadas e de rendimentos auferidos pelos investimentos, e benefícios de risco, a saber: aposentadoria por invalidez permanente, pensão por morte e auxílio-doença, cujas características são de benefício definido. Com relação ao auxílio-doença, por se tratar de benefício oferecido durante a fase laboral e sob o regime de repartição simples, não se caracteriza como benefícios pós-emprego.

Os principais riscos aos quais se encontram expostos os planos previdenciários, são aqueles decorrentes de desvios das hipóteses atuariais de sobrevivência/mortalidade e taxa de desconto atuarial. Visando mitigar os riscos atuariais, é realizado acompanhamento da adequação das hipóteses adotadas, mediante realização de testes de aderência. A CIFRÃO conta com programa de gestão de riscos que visa identificar, analisar, avaliar, monitorar e controlar os riscos atuariais, desmembrados em riscos biométricos (associados aos eventos de mortalidade geral de válidos, entrada em invalidez e mortalidade de inválidos), riscos financeiros (riscos de mercado, de crédito, de liquidez), riscos demográficos (associados com alterações na previsão de data de aposentadoria e outros movimentos verificados na base cadastral) e riscos econômicos

(associados com a inflação projetada) da base cadastral. Também os planos estão sujeitos a riscos ligados à gestão da CIFRÃO, a exemplo de risco legal e operacional.

As políticas de investimentos dos planos PBDC e MoedaPrev são elaboradas observando-se os limites para aplicação dos recursos garantidores dispostos na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, elaboradas anualmente de forma obrigatória, contemplando necessariamente o período futuro de 5 (cinco) anos, coincidente com o ano civil, objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da CIFRÃO antecipadamente ao início de sua vigência quinquenal. As políticas de investimentos objetivam servir de ferramenta de planejamento, visando orientar as aplicações dos investimentos visando retornos plausíveis de obtenção, frente à meta atuarial dos planos PBDC e MoedaPrev, observados, ainda, adequados níveis de prudência e princípios de governança, segurança, solvência, liquidez e transparência, de forma a atender a meta atuarial dos planos.

Para os planos de benefícios foram estipuladas as seguintes metas atuariais.

PLANOS	PLANO PBDC	PLANO MOEDAPREV
META ATUARIAL	INPC+4,59% A.A.	INPC+4,59% A.A.

Os ativos do plano são administrados pela própria CIFRÃO, que conta com áreas específicas para gestão dos investimentos, e por intermédio de gestores contratados. A política de investimento dos planos de benefícios, incluindo o Plano de Gestão Administrativa (PGA), consideram os resultados de estudo de Asset Liability Management (ALM), que tem como objetivo, a partir do casamento entre ativos e passivos dos fluxos previdenciários, reduzir o risco de déficit ao longo do tempo, e, também, o Estudo de Fronteira Eficiente, que tem como meta verificar a composição de carteira visando uma a melhor relação de retorno ajustado ao risco. A CIFRÃO desenvolve ações que buscam identificar oportunidades de mercado que confirmam aos planos maior aderência às obrigações do passivo para que a meta atuarial seja alcançada.

A governança da CIFRÃO é formada por quatro colegiados: Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos. O Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal são compostos por membros eleitos pelos participantes e assistidos e por indicação da Casa da Moeda do Brasil. O Conselho Deliberativo é responsável pela definição da política geral de administração dos planos, estabelecendo políticas e diretrizes de organização, funcionamento, administração e operação. O Conselho Fiscal atua na fiscalização dos resultados da CIFRÃO, cabendo entre outros, analisar as Demonstrações Financeiras e avaliar os mecanismos de governança. Cabe à Diretoria Executiva executar as políticas e diretrizes determinadas pelo Conselho Deliberativo, mediante decisões fundamentadas em análises técnicas. O Comitê de Investimentos tem como finalidade analisar propostas de investimento e assessorar o Conselho Deliberativo na gestão dos investimentos dos planos.

A contabilização dos planos de contribuição definida é direta porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes reunidos e provenientes das contribuições aportadas e rendimentos correspondentes. Por conseguinte, as premissas atuariais não interferem diretamente no valor da provisão, o qual corresponde ao saldo acumulado na conta do participante, incluindo as contribuições da patrocinadora CMB. Sendo assim, não há ganhos ou perdas atuariais em razão das parcelas CD do plano de benefícios, de modo que toda a movimentação correspondente à parte do plano com características de contribuição definida é reconhecida como despesa do exercício, encontrando-se demonstradas nas notas relativas ao plano MoedaPrev.

Nesta Nota somente foram avaliados os benefícios do plano com características de benefício definido.

Em síntese, os programas de benefícios previdenciários patrocinados pela CMB oferecem os seguintes benefícios previdenciários:

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	
PBDC	MOEDAPREV
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO (OU CONTRIBUIÇÃO)	APOSENTADORIA PROGRAMADA
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR VELHICE (IDADE)	
COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL	
BENEFÍCIO DE PENSÃO	BENEFÍCIO DE PENSÃO
BENEFÍCIO DE ABONO ANUAL	BENEFÍCIO DE ABONO ANUAL
SUPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA	SUPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA

Para a estimativa das obrigações de longo prazo, foi utilizado, obrigatoriamente, conforme prescreve o Pronunciamento CPC 33(R1), o método do Crédito Unitário Projetado. Esse método (também conhecido como método de benefícios acumulados com pro rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera que cada período de serviço prestado pelo empregado dá origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e, ademais, mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Os ativos dos planos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o preço que seria obtido pela venda de um ativo ou pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre os participantes do mercado, e representam o montante de recursos aplicado pelos participantes e patrocinadores e seus respectivos rendimentos, tendo como objetivo fazer face às obrigações atuariais.

As premissas atuariais foram definidas considerando as melhores estimativas da CMB frente as variáveis que determinam o custo final dos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados.

Para os cálculos atuariais, foram definidas as seguintes premissas atuariais:

ITEM	PLANO PBDC		PLANO MOEDAPREV		PDV	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PREMISSAS DEMOGRÁFICAS						
MORTALIDADE DE VÁLIDOS (2)	AT-83 BASIC, SEGREGADA POR SEXO	AT-83	AT-83 BASIC, SEGREGADA POR SEXO	AT-83	AT-83 BASIC, SEGREGADA POR SEXO	AT-83
MORTALIDADE DE INVÁLIDOS (2)	WINKELEVOSS D40%					
ENTRADA EM INVALIDEZ (2)	ÁLVARO VINDAS D30%					
TAXA DE ROTATIVIDADE	NULA					
IDADE DE APOSENTADORIA (3)	56 ANOS	NÃO CONSTOU NO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2022	NÃO SE APLICA	NÃO CONSTOU NO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2022	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
ATIVOS E APOSENTADOS						
COMPOSIÇÃO FAMILIAR (2)	70% DOS PARTICIPANTES SÃO CASADOS, A ESPOSA É 04 (QUATRO) ANOS MAIS JOVEM, COM 2 (DOIS) FILHOS DEPENDENTES CUJA MAIORIDADE DO MAIS JOVEM SERÁ ALCANÇADA QUANDO O PARTICIPANTE ATINGE 55 (CINQUENTA E CINCO) ANOS	SERVIDORES COM CÔNJUGES NO PERÍODO PÓSEMPREGO: 70% DIFERENÇA DE IDADE ENTRE SERVIDORES E CÔNJUGES: 4 ANOS A MAIS PARA HOMENS	70% DOS PARTICIPANTES SÃO CASADOS, A ESPOSA É 04 (QUATRO) ANOS MAIS JOVEM, COM 2 (DOIS) FILHOS DEPENDENTES CUJA MAIORIDADE DO MAIS JOVEM SERÁ ALCANÇADA QUANDO O PARTICIPANTE ATINGE 55 (CINQUENTA E CINCO) ANOS	SERVIDORES COM CÔNJUGES NO PERÍODO PÓSEMPREGO: 70% DIFERENÇA DE IDADE ENTRE SERVIDORES E CÔNJUGES: 4 ANOS A MAIS PARA HOMENS	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
	PENSIONISTAS					
	FAMÍLIA REAL	NÃO CONSTOU NO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2022	FAMÍLIA REAL	NÃO CONSTOU NO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2022	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
PREMISSAS FINANCEIRAS						
TAXA REAL DE DESCONTO	5,28%	6,10%	5,28%	6,10%	5,44%	6,43%
TAXA DE INFLAÇÃO DE LONGO PRAZO (3)	3,50%	NÃO CONSTOU NO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2022	3,50%	NÃO CONSTOU NO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2022	3,50%	NÃO CONSTOU NO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2022
TAXA DE INFLAÇÃO DE CURTO PRAZO (3)	3,91%	5,31%	3,91%	5,31%	3,91%	5,31%
CRESCIMENTO REAL DOS SALÁRIOS	1,17%	1,17%	1,17%	1,17%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS	0,00%	NÃO CONSTOU NO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2022	0,00%	NÃO CONSTOU NO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2022	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
HCCTR	NÃO SE APLICA				3,09%	3,00%
AGING FACTOR	NÃO SE APLICA				NÃO SE APLICA	3,08%
DEMAIS PREMISSAS						
FATOR DE CAPACIDADE DE SALÁRIOS E BENEFÍCIOS (3)	98,44%	98,00%	98,44%	98,00%	98,44%	98,00%
DURAÇÃO (DURATION) DO PASSIVO						
PARA DETERMINAÇÃO DA TAXA DE DESCONTO	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022

DURATION (EM ANOS)	7,85	7,85	8,23	8,23	1,30	1,30
NA DATA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
DURATION (EM ANOS)	8,31	7,85	10,57	8,23	0,41	1,30

Em 31/12/2023, o valor presente das obrigações da CMB com os dois programas pós-emprego era de R\$ 76.506 mil. Por sua vez, os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da CIFRÃO, na mesma data, montavam R\$ 268.250 revelando, assim, obrigação líquida deficitária, de R\$ 147.192 mil, que, após o compartilhamento de riscos do plano PBDC, importa no déficit de R\$ 76.506 mil, visto que o plano Moedaprev apresenta resultado superavitário não passível de reconhecimento, conforme a seguir:

ITEM	(EM R\$ MIL)		
	PLANO PBDC	PLANO MOEDAPREV	TOTAL
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL (VPOA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	(340.309)	(75.133)	(415.442)
VALOR JUSTO DOS ATIVOS (VJA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	180.273	87.977	268.250
(DÉFICIT)/SUPERÁVIT APURADO NO FINAL DO EXERCÍCIO	(160.036)	12.844	(147.192)
EFEITO DO TETO DO ATIVO		(12.844)	(12.844)
RISK SHARING NO FINAL DO EXERCÍCIO (CALCULADO SOBRE A PROPORÇÃO CONTRIBUTIVA)	83.530	-	83.530
(PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO	(76.506)	-	(76.506)

Comparativamente ao exercício de 2022, nota-se aumento no valor dos passivos dos planos previdenciários, explicado, ainda que parcialmente, pela redução na taxa de desconto, esta correspondente à taxa de remuneração dos títulos públicos NTN-B, conforme demonstrado no quadro de premissas, e ajustes de experiência. Com relação ao plano PBDC, o aumento ocorrido no valor presente da obrigação atuarial (VPOA), que cresceu 34,4% entre 31/12/2022 e 31/12/2023, pode ser justificado, sobretudo, pelas informações relativamente à base cadastral utilizada no cálculo do passivo pós-emprego, cujos valores dos benefícios, de aposentados e de pensões cresceram, em média, 41,3% e 52,7%, respectivamente, implicando que a folha de benefícios considerada em 31/12/2023 restasse aumentada em 32,8%, comparativamente aos valores registrados no laudo atuarial de 31/12/2022.

ITEM	VALORES (EM R\$ MIL)			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	PLANO PBDC		PLANO MOEDAPREV	
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL (VPOA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	(340.309)	(253.270)	(75.133)	(72.185)
VALOR JUSTO DOS ATIVOS (VJA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	180.273	173.356	87.977	69.988
(DÉFICIT)/SUPERÁVIT APURADO NO FINAL DO EXERCÍCIO	(160.036)	(79.914)	12.844	(2.197)

EFEITO DO TETO DO ATIVO	-	-	(12.844)	-
RISK SHARING NO FINAL DO EXERCÍCIO (CALCULADO SOBRE A PROPORÇÃO CONTRIBUTIVA)	83.530	42.613	-	-
(PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO	(76.506)	(37.301)	-	(2.197)

As movimentações no Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Valor Justo dos Ativos, bem como no *Risk Sharing*, do plano PBDC encontram-se sintetizadas no quadro abaixo:

ITEM	EM R\$ MIL		
	31/12/2022	31/12/2023	PROJEÇÃO 31/12/2024
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL (VPOA) NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(278.180)	(253.270)	(340.309)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	(196)	(70)	(43)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA	(27.296)	(28.849)	(28.860)
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	28.583	31.924	33.172
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA	23.819	(90.044)	-
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL (VPOA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	(253.270)	(340.309)	(336.040)
VALOR JUSTO DOS ATIVOS(VJA) NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	176.709	173.356	180.273
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA	17.599	20.135	15.383
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	7.828	7.746	7.917
NORMAIS	2.475	2.532	2.590
EXTRAORDINÁRIAS	5.353	5.214	5.327
CONTRIBUIÇÕES NORMAIS DE PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS	2.827	2.718	2.831
CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE PARTICIPANTES	5.056	5.547	5.857
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	(28.583)	(31.924)	(33.172)
RETORNO SOBRE OS ATIVOS, EXCETO RECEITA DE JUROS	(8.080)	2.695	-
VALOR JUSTO DOS ATIVOS (VJA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	173.356	180.273	179.089
(DÉFICIT)SUPERÁVIT APURADO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(101.471)	(79.914)	(160.036)
(DÉFICIT)SUPERÁVIT APURADO NO FINAL DO EXERCÍCIO	(79.914)	(160.036)	(156.951)
RISK SHARING NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (CALCULADO SOBRE A PROPORÇÃO CONTRIBUTIVA)	53.676	42.613	83.530
JUROS SOBRE RISK SHARING	-	-	7.034
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	-	-	22
CONTRIBUIÇÕES NORMAIS DE PARTICIPANTES ASSISTIDOS	-	(2.111)	(2.831)
CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE PARTICIPANTES	(5.056)	(5.547)	(5.857)
MUDANÇA NO RISK SHARING	-	48.575	21
AJUSTE DA PARIDADE CONTRIBUTIVA NO COMPARTILHAMENTO DE RISCOS	(6.007)	-	-
RISK SHARING NO FINAL DO EXERCÍCIO (CALCULADO SOBRE A PROPORÇÃO CONTRIBUTIVA)	42.613	83.530	81.921
(PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(47.795)	(37.301)	(76.506)

(PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	(37.301)	(76.506)	(75.031)
---	----------	----------	----------

Ao final do exercício o plano PBDC apresenta o seguinte perfil de participantes ativos, aposentados e pensionistas:

ITEM	ATIVOS		APOSENTADOS		PENSIONISTAS	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Nº DE EMPREGADOS /APOSENTADOS/ PENSIONISTAS	17	19	416	447	112	122
IDADE MÉDIA	60,19	59,16	71,43	70,27	78,64	70,80
TEMPO MÉDIO DE EMPRESA (ANOS)	35,20	34,58	-	-	-	-
SALÁRIO MÉDIO (ATIVOS)/BENEFÍCIO MÉDIO (APOSENTADOS E PENSIONISTAS) - EM R\$	13.154,92	13.048,48	4.714,54	3.337,49	3.327,94	2.179,67

Em 31/12/2023 e 31/12/2022, a composição dos ativos do plano PBDC, por nível de risco, é a seguinte:

VALOR JUSTO DOS ATIVOS POR CATEGORIA E NÍVEL DE RISCO	VALORES (EM R\$ MIL)			
	31/12/2023			TOTAL
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	
RENDA FIXA	156.860	-	-	156.860
RENDA VARIÁVEL	-	8.872	-	8.872
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	-	-	5.067	5.067
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	-	-	2.229	2.229
OFND'S	-	-	7.245	7.245
TOTAL	156.860	8.872	14.541	180.273

VALOR JUSTO DOS ATIVOS POR CATEGORIA E NÍVEL DE RISCO	VALORES (EM R\$ MIL)			
	31/12/2022			TOTAL
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	
RENDA FIXA	150.511	-	-	150.511
RENDA VARIÁVEL	-	8.117	-	8.117
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	-	-	4.785	4.785
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	-	-	2.964	2.964
OFND'S	-	-	6.979	6.979
TOTAL	150.511	8.117	14.728	173.356

A representatividade de cada categoria de ativo está apresentada abaixo:

ATIVOS POR CATEGORIA (%)	31/12/2023	31/12/2022
--------------------------	------------	------------

RENDA FIXA	87,01%	86,82%
RENDA VARIÁVEL	4,92%	4,68%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2,81%	2,76%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1,24%	1,71%
OFND'S	4,02%	4,03%
TOTAL EM PERCENTUAL	100,00%	100,00%

Considerando as avaliações atuariais apresentadas por consultoria contratada pela CMB, as projeções para 2024 de benefícios, contribuições e (despesa)/receita para o PBDC são:

BENEFÍCIOS E CONTRIBUIÇÕES PROJETADOS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2023
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.797
NORMAIS	2.590
EXTRAORDINÁRIAS	5.327
PARA CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	880
CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES	9.549
NORMAIS	2.831
EXTRAORDINÁRIAS	5.857
PARA CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	861
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	(33.172)

(DESPESA)/RECEITA PROJETADA PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2023
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE LÍQUIDO (A)	(21)
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS (B) = (C) + (D) + (E)	(6.443)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA (C)	(28.860)
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA (D)	15.383
JUROS SOBRE RISK SHARING (E)	7.034
TOTAL DA (DESPESA)/RECEITA A SER RECONHECIDA NO PRÓXIMO EXERCÍCIO	(6.464)

Após os cálculos apresentados por atuários contratados, foram efetuados os seguintes registros em Outros Resultados Abrangentes (ORA):

MOVIMENTAÇÃO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	EM R\$ (MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022

SALDO DE ORA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (A)	13.016	(2.723)
REMENSURAÇÕES DO VALOR LÍQUIDO DE PASSIVO DE BENEFÍCIO DEFINIDO NO ANO (B) = (C) + (H) + (I)	(38.774)	15.739
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (C) = (D) + (E) + (F) + (G)	(90.044)	23.819
EFEITO DA ALTERAÇÃO DAS TÁBUAS DE MORTALIDADE E DE ENTRADA EM INVALIDEZ (D)	-	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) NA TAXA DE DESCONTO (E)	(12.117)	22.644
AJUSTES DE EXPERIÊNCIA DO PLANO (F)	(77.927)	1.175
DECORRENTES DA REVISÃO DA ESTIMATIVA DO COMPARTILHAMENTO DE RISCO (G)	-	-
RETORNO SOBRE OS ATIVOS, EXCETO RECEITA DE JUROS (H)	2.695	(8.080)
MUDANÇA NO VALOR DO RISK SHARING (I)	48.575	-
SALDO DE ORA NO FINAL DO EXERCÍCIO (J) = (A) + (B)	(25.758)	13.016

A composição dos Ganhos/Perdas sobre o VPOA, encontra-se a seguir resumida:

COMPOSIÇÃO DE GANHOS E PERDAS SOBRE VPOA	EM R\$ (MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (A) = (B) + (C) + (D) + (E)	(90.044)	23.819
DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DE PREMISSAS DEMOGRÁFICAS (B)	-	-
EFEITO DA ALTERAÇÃO DAS TÁBUAS DE MORTALIDADE E DE ENTRADA EM INVALIDEZ	-	-
DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DE PREMISSAS FINANCEIRAS (C)	(12.117)	22.644
AUMENTO/(REDUÇÃO) NA TAXA DE DESCONTO	(12.117)	22.644
DECORRENTES DE AJUSTES DE EXPERIÊNCIA DO PLANO (D)	(77.927)	1.175
DECORRENTES DA REVISÃO DA ESTIMATIVA DO COMPARTILHAMENTO DE RISCO (E)	-	-

Os valores reconhecidos em Resultado encontram-se demonstrados abaixo:

VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO	EM R\$ (MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO (A) = (B) + (E) + (I)	(8.177)	(13.072)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE LÍQUIDO (B) = (C) + (D)	537	2.631
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE (C)	(70)	(196)
CONTRIBUIÇÕES NORMAIS DE PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS (D)	607	2.827
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS (E) = (F) + (G) + (H)	(8.714)	(9.697)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA (F)	(28.849)	(27.296)
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA (G)	20.135	17.599
JUROS SOBRE RISK SHARING (H)	-	-
AJUSTE DA PARIDADE CONTRIBUTIVA NO COMPARTILHAMENTO DE RISCOS (I)	-	(6.006)

Além dos valores acima demonstrados, em 31/12/2023, encontra-se reconhecido em despesas parte das contribuições destinadas à cobertura do custeio administrativo, conforme abaixo:

VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2023
PARA CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	716
TOTAL	716

De todas as apurações atuariais, o passivo líquido ao final do exercício encontra-se a seguir evidenciado:

RECONCILIAÇÃO DO VALOR DO (PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
(PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (A)	(37.301)	(47.795)
VALORES RECONHECIDOS EM ORA (B) = (C) + (D) + (E)	(38.774)	15.739
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (C)	(90.044)	23.819
RETORNO SOBRE OS ATIVOS, EXCETO RECEITA DE JUROS (D)	2.695	(8.080)
MUDANÇA NO RISK SHARING (E)	48.575	-
VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO (F) = (G) + (J)	(8.177)	(13.072)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE LÍQUIDO (G) = (H) + (I)	537	2.631
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE (H)	(70)	(196)
CONTRIBUIÇÕES NORMAIS DE PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS (I)	607	2.827
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS (J) = (K) + (L) + (M)	(8.714)	(9.697)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA (K)	(28.849)	(27.296)
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA (L)	20.135	17.599
JUROS SOBRE RISK SHARING (M)	-	-
AJUSTE DA PARIDADE CONTRIBUTIVA NO COMPARTILHAMENTO DE RISCOS (N)	-	(6.007)
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (O)	7.746	7.828
(PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO NO FINAL DO EXERCÍCIO (A) + (B) + (F) + (N) + (O)	(76.506)	(37.301)

A reconciliação do Valor Presente da Obrigação Atuarial (VPOA), do Valor Justos dos Ativos (VJA) e do *Risk Sharing* com o Passivo Líquido, encontra-se demonstrado no quadro abaixo:

RECONCILIAÇÃO	31/12/2023			31/12/2022
	VPOA ⁽¹⁾	VJA ⁽²⁾	RISK SHARING	(PASSIVO) / ATIVO LÍQUIDO TOTAL
VALOR NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(253.270)	173.356	42.613	(37.301) (47.795)

BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	31.924	(31.924)	-	-	-
CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE PARTICIPANTES	-	5.547	(5.547)	-	-
VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO	(28.919)	22.853	(2.111)	(8.177)	(13.072)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	(70)	-	-	(70)	(196)
CONTRIBUIÇÕES NORMAIS DE PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS	-	2.718	(2.111)	607	2.827
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS	(28.849)	20.135	-	(8.714)	(9.697)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA	(28.849)	-	-	(28.849)	(27.296)
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA	-	20.135	-	20.135	17.599
JUROS SOBRE RISK SHARING	-	-	-	-	-
JUROS SOBRE O EFEITO DO TETO DO ATIVO	-	-	-	-	-
AJUSTE DA PARIDADE CONTRIBUTIVA NO COMPARTILHAMENTO DE RISCOS	-	-	-	-	(6.007)
VALORES RECONHECIDOS EM ORA	(90.044)	2.695	48.575	(38.774)	15.739
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA	(90.044)	-	-	(90.044)	23.819
RETORNO SOBRE OS ATIVOS, EXCETO RECEITA DE JUROS	-	2.695	-	2.695	(8.080)
MUDANÇA NO VALOR DO RISK SHARING	-	-	48.575	48.575	-
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	-	7.746	-	7.746	7.827
NORMAIS	-	2.532	-	2.532	2.475
EXTRAORDINÁRIAS	-	5.214	-	5.214	5.353
VALOR NO FINAL DO EXERCÍCIO	(340.309)	180.273	83.530	(76.506)	(37.301)

No quadro abaixo encontra-se demonstrado o perfil de vencimento do valor presente da obrigação atuarial:

PERFIL DE VENCIMENTO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2023
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2024	(30.864)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2025	(28.823)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2026	(26.905)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2027	(25.036)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS APÓS O EXERCÍCIO DE 31/12/2027	(228.681)
TOTAL	(340.309)
<i>DURATION (ANOS)</i>	8,31

Conforme atuários contratados, a análise de sensibilidade das premissas mais relevantes encontra-se exposta na tabela abaixo:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES	REAL	TAXA DE DESCONTO		CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS	
		-1,00%	+1,00%	-1,00%	+1,00%
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	(340.309)	(368.586)	(315.691)	(340.110)	(340.517)
VARIAÇÕES %		8,31	(7,23)	(0,06)	0,06

As movimentações no Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Valor Justo dos Ativos, bem como no *Risk Sharing*, podem ser sintetizadas conforme o quadro abaixo:

ITEM	VALORES (EM R\$ MIL)		
	31/12/2022	31/12/2023	PROJEÇÃO 31/12/2024
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL (VPOA) NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(72.384)	(72.185)	(75.133)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	(902)	(810)	(480)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA	(7.132)	(8.244)	(6.475)
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	4.319	5.993	6.226
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA	3.914	113	-
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL (VPOA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	(72.185)	(75.133)	(75.862)
VALOR JUSTO DOS ATIVOS(VJA) NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	71.457	69.988	87.977
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA	7.038	8.073	7.827
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	695	693	728
CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES	-	775	814
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	(4.319)	(5.993)	(6.226)
RETORNO SOBRE OS ATIVOS, EXCETO RECEITA DE JUROS	(4.883)	14.441	-
VALOR JUSTO DOS ATIVOS (VJA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	69.988	87.977	91.120
(DÉFICIT)SUPERÁVIT APURADO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(927)	(2.197)	12.844
(DÉFICIT)SUPERÁVIT APURADO NO FINAL DO EXERCÍCIO	(2.197)	12.844	15.258
RISK SHARING NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (CALCULADO SOBRE A PROPORÇÃO CONTRIBUTIVA)	-	-	-
JUROS SOBRE RISK SHARING	-	-	-
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	-	-	-
CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES	-	-	-
MUDANÇA NO RISK SHARING	-	-	-
RISK SHARING NO FINAL DO EXERCÍCIO (CALCULADO SOBRE A PROPORÇÃO CONTRIBUTIVA)	-	-	-
EFEITO DO TETO DO ATIVO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	-	-	(12.844)
JUROS SOBRE O EFEITO DO TETO DO ATIVO	-	-	(1.352)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	-	-	255
CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES	-	-	(814)
MUDANÇA NO EFEITO DO TETO DO ATIVO	-	(12.844)	(503)

EFEITO DO TETO DO ATIVO NO FINAL DO EXERCÍCIO	-	(12.844)	(15.258)
(PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(927)	(2.197)	-
(PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	(2.197)	-	-

Ao final do exercício, o MoedaPrev apresenta o seguinte perfil de participantes ativos, aposentados e pensionistas:

ITEM	ATIVOS		APOSENTADOS		PENSIONISTAS	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Nº DE EMPREGADOS /APOSENTADOS/ PENSIONISTAS	629	616	299	313	146	151
IDADE MÉDIA	47,54	46,11	71,48	70,19	76,61	66,79
TEMPO MÉDIO DE EMPRESA (ANOS)	7,68	6,43	-	-	-	-
SALÁRIO MÉDIO (ATIVOS)/BENEFÍCIO MÉDIO (APOSENTADOS E PENSIONISTAS) - EM R\$	12.758,29	12.532,11	2.548,71	2.435,38	2.213,74	2.043,24

Em 31/12/2023 e 31/12/2022, a composição dos ativos por categoria e nível de risco do plano MoedaPrev é a seguinte:

VALOR JUSTO DOS ATIVOS POR CATEGORIA E NÍVEL DE RISCO	VALORES (EM R\$ MIL)			
	31/12/2023			TOTAL
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	
RENDA FIXA	72.858	-	-	72.858
RENDA VARIÁVEL	-	9.093	-	9.093
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	-	-	3.085	3.085
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	-	-	1.101	1.101
OFND'S	-	-	1.840	1.840
TOTAL	72.858	9.093	6.026	87.977

VALOR JUSTO DOS ATIVOS POR CATEGORIA E NÍVEL DE RISCO	VALORES (EM R\$ MIL)			
	31/12/2022			TOTAL
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	
RENDA FIXA	58.725	-	-	58.725
RENDA VARIÁVEL	-	7.678	-	7.678
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	-	-	2.634	2.634
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	-	-	951	951
OFND'S	-	-	-	-
TOTAL	58.725	7.678	3.585	69.988

A representatividade de cada categoria de ativo está apresentada abaixo:

ATIVOS POR CATEGORIA (%)	31/12/2023	31/12/2022
RENDA FIXA	82,81%	83,91%
RENDA VARIÁVEL	10,34%	10,97%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	3,51%	3,76%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1,25%	1,36%
OFND'S	2,09%	0,00%
TOTAL EM PERCENTUAL	100,00%	100,00%

Considerando as avaliações atuariais apresentadas por consultoria contratada pela CMB, as projeções para 2023 de benefícios, contribuições e (despesa)/receita para o MoedaPrev são:

BENEFÍCIOS E CONTRIBUIÇÕES PROJETADOS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2023
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.434
PARA PARTE CD DO PLANO E RESPECTIVO CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA PARTE CD	7.649
PARA COBERTURA DOS BENEFÍCIOS DE RISCO	728
CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS PARTE BENEFÍCIOS DE RISCO	57
CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES	3.247
PARA PARTE CD DO PLANO E RESPECTIVO CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA PARTE CD	8.595
PARA COBERTURA DOS BENEFÍCIOS DE RISCO	814
CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS PARTE BENEFÍCIOS DE RISCO	64
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	(6.226)

(DESPESA)/RECEITA PROJETADA PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2023
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE LÍQUIDO (A)	(225)
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS (B) = (C) + (D) + (E) + (F)	-
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA (C)	(6.475)
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA (D)	7.827
JUROS SOBRE RISK SHARING (E)	-
JUROS SOBRE O EFEITO DO TETO DO ATIVO (F)	(1.352)
TOTAL DA (DESPESA)/RECEITA A SER RECONHECIDA NO PRÓXIMO EXERCÍCIO	(225)

Após os cálculos apresentados por atuários contratados, foram efetuados os seguintes registros em Outros Resultados Abrangentes:

MOVIMENTAÇÃO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
SALDO DE ORA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (A)	(5.212)	(4.242)
REMENSURAÇÕES DO VALOR LÍQUIDO DE PASSIVO DE BENEFÍCIO DEFINIDO NO ANO (B) = (C) + (H) + (I) + (J)	1.710	(970)
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (C) = (D) + (E) + (F) + (G)	112	3.914
EFEITO DA ALTERAÇÃO DAS TÁBUAS DE MORTALIDADE E DE ENTRADA EM INVALIDEZ (D)	-	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) NA TAXA DE DESCONTO (E)	(5.323)	6.755
AJUSTES DE EXPERIÊNCIA DO PLANO (F)	5.435	(200)
MOVIMENTAÇÃO DE INATIVOS (G)	-	(2.641)
RETORNO SOBRE OS ATIVOS, EXCETO RECEITA DE JUROS (H)	14.442	(4.884)
MUDANÇA NO VALOR DO RISK SHARING (I)	-	-
MUDANÇA NO EFEITO DO TETO DE ATIVO (J)	(12.844)	-
SALDO DE ORA NO FINAL DO EXERCÍCIO (H) = (A) + (B)	(3.502)	(5.212)

A composição dos Ganhos/Perdas sobre o VPOA, encontra-se a seguir resumida:

COMPOSIÇÃO DE GANHOS E PERDAS SOBRE VPOA	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (A) = (B) + (C) + (D) + (E)	112	3.915
DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DE PREMISSAS DEMOGRÁFICAS (B)	-	-
EFEITO DA ALTERAÇÃO DAS TÁBUAS DE MORTALIDADE E DE ENTRADA EM INVALIDEZ	-	-
DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DE PREMISSAS FINANCEIRAS (C)	(5.323)	6.756
AUMENTO/(REDUÇÃO) NA TAXA DE DESCONTO	(5.323)	6.756
DECORRENTES DE AJUSTES DE EXPERIÊNCIA DO PLANO (D)	5.435	(200)
MOVIMENTAÇÃO DE INATIVOS (E)	-	(2.641)

Os valores reconhecidos em Resultado encontram-se demonstrados abaixo:

VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO (A) = (B) + (E)	(206)	(996)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE LÍQUIDO (B) = (C) + (D)	(35)	(902)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE (C)	(810)	(902)
CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES (D)	775	-
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS (E) = (F) + (G) + (H) + (I)	(171)	(94)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA (F)	(8.244)	(7.132)
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA (G)	8.073	7.038
JUROS SOBRE RISK SHARING (H)	-	-
JUROS SOBRE O EFEITO DO TETO DO ATIVO (I)	-	-

Além dos valores acima demonstrados, encontram-se reconhecidas em despesas as contribuições destinadas à parte do plano com características de contribuição definida, inclusive aquelas destinadas ao custeio administrativo do plano:

CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - PARTE CD E CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2023
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - PARTE CD E CUSTEIO ADMINISTRATIVO	7.331

De todas as apurações atuariais, o passivo ao final do exercício encontra-se a seguir evidenciado:

RECONCILIAÇÃO DO VALOR DO (PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	VALORES (EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
(PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (A)	(2.197)	(927)
VALORES RECONHECIDOS EM ORA (B) = (C) + (D) + (E) + (F)	1.710	(969)
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (C)	113	3.914
RETORNO SOBRE OS ATIVOS, EXCETO RECEITA DE JUROS (D)	14.441	(4.883)
MUDANÇA NO RISK SHARING (E)	-	-
MUDANÇA NO EFEITO DO TETO DO ATIVO (F)	(12.844)	-
VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO (G) = (H) + (K)	(206)	(996)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE LÍQUIDO (H) = (I) + (J)	(35)	(902)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE (I)	(810)	(902)
CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES (J)	775	-
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS (K) = (L) + (M) + (N) + (O)	(171)	(94)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA (L)	(8.244)	(7.132)
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA (M)	8.073	7.038
JUROS SOBRE RISK SHARING (N)	-	-
JUROS SOBRE O EFEITO DO TETO DO ATIVO (O)	-	-
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS (P)	693	695
(PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO NO FINAL DO EXERCÍCIO = (A) + (B) + (G) + (P)	-	(2.197)

As reconciliações do Valor Presente da Obrigação Atuarial (VPOA), do Valor Justos dos Ativos (VJA) e do *Risk Sharing* com o Passivo Líquido encontram-se demonstradas no quadro abaixo:

RECONCILIAÇÃO	31/12/2023				31/12/2022	
	VPOA	VJA	RISK SHARING	EFEITO DE TETO DO ATIVO	(PASSIVO) / ATIVO LÍQUIDO TOTAL	
VALOR NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(72.185)	69.988	-	-	(2.197)	(927)
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	5.992	(5.992)	-	-	-	-
VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO	(9.054)	8.848	-	-	(206)	(996)
CUSTO DO SERVIÇO CORRENTE	(810)	-	-	-	(810)	(902)
CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES	-	775	-	-	775	-
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS	(8.244)	8.073	-	-	(171)	(94)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA	(8.244)	-	-	-	(8.244)	(7.132)
RECEITA DE JUROS SOBRE VJA	-	8.073	-	-	8.073	7.038
JUROS SOBRE RISK SHARING	-	-	-	-	-	-
JUROS SOBRE O EFEITO DO TETO DO ATIVO	-	-	-	-	-	-
VALORES RECONHECIDOS EM ORA	113	14.441	-	(12.844)	1.710	(969)
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA	113	-	-	-	113	3.914
RETORNO SOBRE OS ATIVOS, EXCETO RECEITA DE JUROS	-	14.441	-	-	14.441	(4.883)
MUDANÇA NO VALOR DO RISK SHARING	-	-	-	-	-	-
MUDANÇA NO EFEITO DO TETO DE ATIVO	-	-	-	(12.844)	(12.844)	-
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	-	693	-	-	693	695
VALOR NO FINAL DO EXERCÍCIO	(75.134)	87.978	-	(12.844)	-	(2.197)

No quadro abaixo encontra-se demonstrado o perfil de vencimento do valor presente da obrigação atuarial:

PERFIL DE VENCIMENTO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2023
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2024	(5.195)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2025	(5.009)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2026	(4.817)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2027	(4.611)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS APÓS O EXERCÍCIO DE 31/12/2027	(55.501)
TOTAL	(75.133)
<i>DURATION (ANOS)</i>	10,57

Conforme atuários contratados, a análise de sensibilidade das premissas mais relevantes encontra-se exposta na tabela abaixo:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES	REAL	TAXA DE DESCONTO		CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS	
		-1,00%	+1,00%	-1,00%	+1,00%
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	(75.133)	(82.705)	(68.734)	(73.552)	(76.730)
VARIAÇÕES %		10,08	(8,52)	(2,10)	2,13

Foram ofertados pela CMB, em 2017, 2019 e 2022, 3 (três) Planos de Desligamento Voluntário (PDV), os quais objetivaram incentivar a adequação do quadro funcional à nova realidade da Empresa, bem como proporcionar aos empregados o encerramento do vínculo trabalhista com a CMB de forma socialmente responsável e planejada. O PDV de 2017 foi encerrado em 2022. Dessa forma, as obrigações dimensionadas dizem respeito aos programas de 2019 e 2022.

O PDV 2022 foi destinado a todos os empregados do quadro permanente da CMB que atenderam aos requisitos definidos no regulamento, na data de referência de 30/11/2022, e previu, como público-alvo, o limite de 227 empregados com remunerações iguais ou superiores a R\$13.500, cujos desligamentos ocorreram em 2022 para aqueles que optaram pelo programa. Os incentivos foram:

- Indenização equivalente a 40% do saldo do valor do FGTS utilizado para fins rescisórios, sendo considerado para o referido cálculo os depósitos efetuados até o mês anterior ao da rescisão.
- Indenização equivalente ao valor referente ao aviso prévio proporcional (mínimo de 01 remuneração e máximo de 03 remunerações), dependendo do tempo de empresa do empregado (conforme Lei nº 12.506/2011).
- Oferta de plano de saúde para empregado titular e cônjuge ou companheiro(a) pelo período de até 36 (trinta e seis) meses, e dependentes pelo período de 18 (dezoito) meses, mediante coparticipação mensal no valor de 20% do valor das mensalidades praticadas no plano básico, conforme condições estabelecidas no regulamento. Para os empregados que tenham condições de adesão ao artigo 31 da Lei nº 9.656/98, foi facultada a opção de reembolso de 80% das mensalidades praticadas no Plano Básico nos mesmos prazos citados. As diferenças de valores decorrentes de Planos Superiores são de integral custeio do ex-empregado.
- Possibilidade de, no momento da adesão, substituir o plano de saúde oferecido por indenização pecuniária parcelada, por até 30 (trinta) meses, para empregado titular e cônjuge ou companheiro(a) e nas condições estabelecidas no regulamento do PDV.

Empregados que aderiram à oferta de plano de saúde, bem como aqueles que optaram pela indenização pecuniária, cujos benefícios são considerados pós-emprego:

ITEM	BENEFICIÁRIOS DO PLANO MÉDICO		BENEFICIÁRIOS DA INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS	16	78	29	207
IDADE MÉDIA (ANOS)	66,35	62,74	56,54	59,62
TEMPO MÉDIO PARA EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO	1,02	0,73	0,59	0,49
VALOR MÉDIO DO BENEFÍCIO (R\$)	984,69	889,25	975,74	915,02

A variação nas obrigações com os Planos de Demissão Voluntária da CMB decorre da liquidação das obrigações informadas na Nota Explicativa 12.2 e às variações atuariais apuradas pelos atuários independentes contratados, conforme síntese a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E DOS ATIVOS FINANCEIROS	(EM R\$ MIL)		
	31/12/2022	31/12/2023	PROJEÇÃO 31/12/2024
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL (VPOA) NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(10.763)	(1.628)	(391)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA	(944)	17	2
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	6.026	1.072	411
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA	4.053	148	-
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL (VPOA) NO FINAL DO EXERCÍCIO	(1.628)	(391)	23
(DÉFICIT)SUPERÁVIT APURADO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(10.763)	(1.628)	(391)
(DÉFICIT)SUPERÁVIT APURADO NO FINAL DO EXERCÍCIO	(1.628)	(391)	23
(PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(10.763)	(1.628)	(391)
(PASSIVO)/ATIVO LÍQUIDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	(1.628)	(391)	23

As projeções de benefícios e (despesa)/receita projetadas para o PDV em 2024 são:

BENEFÍCIOS PROJETADOS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2023
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO	(411)
(DESPESA)/RECEITA PROJETADA PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2023
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS (B) = (C) + (D) + (E)	2
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA (C)	2
TOTAL DA (DESPESA)/RECEITA A SER RECONHECIDA NO PRÓXIMO EXERCÍCIO	2

Após os cálculos apresentados por atuários contratados, foram efetuados os seguintes registros em Resultado e Outros Resultados Abrangentes:

VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO	17	(944)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA	17	(944)
MOVIMENTAÇÃO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
SALDO DE ORA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (A)	11.396	7.343
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (C) = (D) + (E) + (F)	148	4.053
EFEITO DA ALTERAÇÃO DAS TÁBUAS DE MORTALIDADE E DE ENTRADA EM INVALIDEZ (D)	-	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) NA TAXA DE DESCONTO (E)	(2)	4
AJUSTES DE EXPERIÊNCIA DO PLANO (F)	150	4.049
SALDO DE ORA NO FINAL DO EXERCÍCIO (G) = (A) + (C)	11.544	11.396

De todas as apurações atuariais, o passivo atuarial líquido ao final do exercício encontra-se a seguir evidenciado:

RECONCILIAÇÃO DO VALOR DO (PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
(PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO (A)	(1.628)	(10.763)
VALORES RECONHECIDOS EM ORA (B) = (C)	148	4.053
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (C) = (D) + (E) + (F)	148	4.053
DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DE PREMISSAS DEMOGRÁFICAS (D)	-	-
DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DE PREMISSAS FINANCEIRAS (E)	(2)	4
DECORRENTES DE AJUSTES DE EXPERIÊNCIA DO PLANO (F)	150	4.049
VALORES RECONHECIDOS EM RESULTADO (G) = (H)	17	(944)
(DESPESA)/RECEITA DE JUROS (H) = (I)	17	(944)
CUSTO DE JUROS SOBRE VPOA (I)	17	(944)
BENEFÍCIOS PAGOS NO ANO (J)	1.072	6.026
(PASSIVO)/ATIVO ATUARIAL LÍQUIDO NO FINAL DO EXERCÍCIO = (A) + (B) + (G) + (J)	(391)	(1.628)

A composição dos (ganhos)/perdas do passivo/(ativo) de benefício definido do exercício, encontra-se a seguir resumida:

COMPOSIÇÃO DE GANHOS E PERDAS SOBRE VPOA	(EM R\$ MIL)	
	31/12/2023	31/12/2022
GANHOS E (PERDAS) ATUARIAIS SOBRE VPOA (A) = (B) + (C) + (D)	148	4.053
DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DE PREMISSAS DEMOGRÁFICAS (B)	-	-

EFEITO DA ALTERAÇÃO DAS TÁBUAS DE MORTALIDADE E DE ENTRADA EM INVALIDEZ	-	-
DECORRENTES DE ALTERAÇÃO DE PREMISSAS FINANCEIRAS (C)	(2)	4
AUMENTO/(REDUÇÃO) NA TAXA DE DESCONTO	(2)	4
DECORRENTES DE AJUSTES DE EXPERIÊNCIA DO PLANO (D)	150	4.049
TOTAL	148	4.053

No quadro abaixo encontra-se demonstrado o perfil de vencimento do valor presente da obrigação atuarial:

PERFIL DE VENCIMENTO	(EM R\$ MIL)
	31/12/2023
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2024	(393)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2025	(13)
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2026	-
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS NO EXERCÍCIO DE 2027	-
PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS ESPERADOS APÓS O EXERCÍCIO DE 31/12/2027	15
TOTAL	(391)
<i>DURATION (ANOS)</i>	0,41

Conforme atuários contratados, a análise de sensibilidade das premissas mais relevantes encontra-se exposta na tabela abaixo:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES	(EM R\$ MIL)	TAXA DE DESCONTO		TÁBUA DE MORTALIDADE	
		-0,25%	+0,25%	SUAUZADA EM 10%	AGRAVADA EM 10%
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	(391)	(391)	(390)	(392)	(389)
VARIAÇÕES %		0,11	(0,11)	0,43	(0,42)

NOTA 26 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 26 (R1) e com base no relatório atuarial da empresa de consultoria VESTING, demonstramos abaixo a conciliação de “Outros Resultados Abrangentes”, cujos ganhos e perdas estão calculados de acordo com os itens 56 a 60 – Reconhecimento e Mensuração – do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil e referendado pela Resolução CVM Nº 110 de 20 de maio de 2022.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES CONSOLIDADO	31/12/2023	31/12/2022
SALDO INICIAL	19.200	379
PBDC	(38.774)	15.739
MOEDAPREV	1.710	(970)

PDV	148	4.053
SALDO FINAL	(17.716)	19.200

NOTA 27 – CONTRATO DE SEGUROS

A Empresa mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme segue:

RAMO	(EM R\$ MIL)	
	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÕES	
INCÊNDIO INCLUSIVE DECORRENTE DE TUMULTOS, QUEDA DE RAIOS, EXPLOSÃO DE QUALQUER NATUREZA E IMPLOÇÃO		700.000
DANOS ELÉTRICOS		50.000
DERRAME D'ÁGUA LÍQUIDA DE SPRINKLERS		40.000
RC GERAL - OPERAÇÕES		9.700
RC - VEÍCULOS TERRESTRES DE TERCEIROS		300
AUTOMÓVEL (CASCO)		Tabela FIPE 100%
VIDA EM GRUPO		300

NOTA 28 – FATO RELEVANTE

PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no exercício de 2022, após análise interna da suficiência do critério utilizado para a classificação dos passivos judiciais, foi efetuada a revisão do normativo interno que orienta a atuação do Departamento Jurídico, buscando, a partir das diretrizes do CPC 25, estabelecer maior precisão e segurança na determinação da natureza da contingência, bem como definir os critérios para a mensuração de possibilidades de perdas e estimativas de desembolso.

Ainda no escopo dos aprimoramentos, incorpora-se às estimativas de desembolso a atualização financeira dos processos, trazendo maior precisão à representação econômico-financeira da entidade na data do balanço.

Complementarmente, a norma ratifica o entendimento sobre ativos contingentes, onde não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, mas quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

NOTA 29 – PRINCIPAIS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Casa da Moeda do Brasil mantém relacionamento e realiza transações com entidades consideradas partes relacionadas, nos termos definidos em sua Política de Transações com Partes Relacionadas, no Pronunciamento Técnico nº 05 (R1) do Comitê de Pronunciamentos

Contábeis (CPC), que trata da Divulgação sobre Partes Relacionadas, e na Resolução CGPAR/ME nº 30, de 04 de agosto de 2022.

Essa política orienta que as decisões envolvendo Partes Relacionadas assegurem o atendimento dos interesses da Casa da Moeda do Brasil, com alinhamento às exigências legais e de melhores práticas de Governança Corporativa, atendimento aos requisitos de transparência e mitigando o risco de conflitos de interesses. Segundo a Política, são princípios de observância obrigatória:

- a) Competitividade: os preços e as condições dos serviços na contratação de partes relacionadas devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado;
- b) Conformidade: os serviços prestados devem estar aderentes aos termos e responsabilidades contratuais praticados;
- c) Transparência: é imperativo que se dê a devida transparência aos contratos realizados com as partes relacionadas. As informações destas transações devem ser disponibilizadas às partes interessadas e não devem se restringir àquelas impostas por leis e regulamentos;
- d) Equidade: contratos entre CMB e o controlador ou partes relacionadas devem estar alinhados aos interesses de todos os sócios e demais partes interessadas;
- e) Comutatividade: as transações com partes relacionadas consideradas válidas e legítimas são aquelas que geram proveito a ambas as partes.

29.1 – PRINCIPAIS TRANSAÇÕES COMERCIAIS

(a) Transações Envolvendo Entidades Vinculadas ou Controladas pela União

A seguir apresentam-se as entidades que mantém relacionamento com a CMB que são majoritariamente associados à operacionalização de políticas públicas:

		VALORES (EM R\$ MIL)
ENTIDADE	PRODUTO	FATURAMENTO 31/12/2023
Banco Central do Brasil	Fornecimento de Cédulas e Moedas do meio circulante	756.911
Departamento de Polícia Federal	Fabricação e personalização de cadernetas de passaportes brasileiros	238.977
Receita Federal do Brasil	Selos Fiscais	190.714
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Fornecimento de Selos Postais	1.017
MRE - Ministério de Relações Exteriores	Fornecimento de cadernetas de passaporte e outros materiais de segurança	12.137
TOTAL		1.199.756

As transações envolvem os seguintes produtos e serviços: fornecimento do meio circulante nacional, impressão do passaporte brasileiro, serviços de controle de produção de cigarros e impressão de selos postais.

Ressalte-se que, em 2023, a CMB cumpriu integralmente seus contratos, não tendo assumido obrigações ou responsabilidades em condições diversas as de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado.

(b) Banco do Brasil

Eventualmente a Casa da Moeda do Brasil contrata o Banco do Brasil, instituição financeira controlada pela União, para o atendimento de suas necessidades operacionais de administração financeira.

As contratações envolvem a aquisição de serviços financeiros em atenção à normatização aplicável às estatais, com destaque para a Resolução CMN nº 4.986/2022 que determina que a aplicação das disponibilidades deve ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A.

Os demais produtos e serviços, quando não destinados normativamente a Instituições Financeiras Estatais, são adquiridos mediante processo seletivo público para contratação.

29.2 – QUANTIDADE, REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Quantidade de Empregados

O total de empregados, conselheiros e dirigentes segue detalhado abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
EMPREGADOS	1.867	1.884
LIVRE PROVIMENTO	8	5
CONSELHEIROS E DIRIGENTES	20	17
TOTAL	1.895	1.906

(b) Remuneração de Empregados

Para os empregados da Empresa, a maior remuneração foi de R\$ 40,7 mil e a menor foi de R\$ 3,2 mil. A remuneração média dos empregados foi de R\$ 12,4 mil. Tais remunerações desconsideram Presidente e Diretores.

REMUNERAÇÃO	VALORES (EM R\$ MIL)
	31/12/2023
MAIOR REMUNERAÇÃO	40,7
REMUNERAÇÃO MÉDIA	12,4
MENOR REMUNERAÇÃO	3,2

(c) Remuneração dos Dirigentes

REMUNERAÇÃO	VALORES (EM R\$ MIL)
	31/12/2023
MAIOR REMUNERAÇÃO	46,6
MENOR REMUNERAÇÃO	44,4

Para os dirigentes, nos casos de cargos diretivos, a maior remuneração foi de R\$ 46,6 mil e a menor de R\$ 44,4 mil.

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria são um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, o que representa R\$ 4,5 mil.

(d) Benefícios

O valor médio global dos benefícios oferecidos, considerando assistências médica e odontológica, auxílios alimentação e refeição, cesta básica, auxílio creche, auxílio transporte, previdência complementar e outros benefícios foi de R\$ 3.856 mil, conforme quadro:

BENEFÍCIOS	VALORES (EM R\$ MIL)
	31/12/2023
VALE ALIMENTAÇÃO	981
VALE REFEIÇÃO	68
RESTAURANTE	668
MEDICAMENTOS	88
PLANO DE SAUDE	1.997
SEGURO DE VIDA	54
TOTAL	3.856

29.3 – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, tendo por objetivo primordial instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, na forma das Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

As transações com a CIFRÃO limitam-se àquelas relacionadas à gestão dos planos de benefícios e sua avaliação atuarial é realizada anualmente por consultoria especializada.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **SERGIO PERINI RODRIGUES**
 Data: 06/03/2024 20:16:26-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SÉRGIO PERINI RODRIGUES
 PRESIDENTE
 CPF Nº 795.926.357-49

Documento assinado digitalmente
 **LEONARDO ABDIAS NUNES DE OLIVEIRA**
 Data: 06/03/2024 17:55:57-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LEONARDO ABDIAS NUNES DE OLIVEIRA
 DIRETOR
 DE INOVAÇÃO E MERCADO
 CPF Nº 105.634.597-78

Documento assinado digitalmente
 **THIAGO MARÇAL PORTELA**
 Data: 06/03/2024 19:53:35-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

THIAGO MARÇAL PORTELA
 DIRETOR
 DE GOVERNANÇA, ORÇAMENTO E FINANÇAS
 CPF Nº 052.762.127-75

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA**
 Data: 06/03/2024 19:27:38-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA
 DIRETOR
 DE GESTÃO
 CPF Nº 098.225.425-34

Documento assinado digitalmente
 **MARCIO LUIS GONCALVES DIAS**
 Data: 06/03/2024 18:06:55-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCIO LUIS GONCALVES DIAS
 DIRETOR
 DE OPERAÇÕES
 CPF Nº 024.969.817-08

RAMON
 AGOSTINHO
 PONTES:11199176
 702

Assinado de forma digital
 por RAMON AGOSTINHO
 PONTES:11199176702
 Dados: 2024.02.29
 13:11:47 -03'00'

RAMON AGOSTINHO PONTES
 CONTADOR
 CPF: 111.991.767-02
 CRC – RJ118695/O-1



CASA DA MOEDA
DO BRASIL

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

